



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 30 - Nº 562 - DE 8 DE ABRIL A 22 DE ABRIL DE 2018 - R\$ 4,00

Abaixo a prisão de Lula!

**Contra as tendências
antidemocráticas e
autoritárias da burguesia!**

**Retomar a luta nacional
em defesa da vida dos explorados!
Lutar sob a estratégia de poder próprio
da classe operária!**

BOLÍVIA



**Em defesa de José Luís Alvarez, militante do
Partido Operário Revolucionário da Bolívia e
dirigente sindical, perseguido pela burocracia da
COB e pelo governo de Evo Morales**

Prisão de Lula

O encarceramento de Lula é parte do golpe de Estado que derrubou o governo petista. A Operação Lava Jato foi uma peça chave para a sua consecução. Preencheu a crise política com o conteúdo da moralidade. Foi fundo na caça aos dirigentes do PT, cujo alvo principal era Lula.

A suscetível classe média despontou como base social do impeachment e da execração do PT. A imprensa monopolista inventou a fábula de que o governo do PT tornou a corrupção de pontual em sistêmica. O juiz federal Sérgio Moro ordenou uma condução coercitiva, em março de 2016, sem mais nem menos. Os procuradores apresentaram, em setembro de 2016, Lula como chefe de uma quadrilha montada no Estado. Criou-se, neste mesmo ano, um movimento político de fisionomia nacionalista, de defesa na Nação, dos valores morais e de limpeza nas instituições. Vestiram a camada mais reacionária de classe média de

verde-amarelo e colocaram em suas mãos as bandeirinhas do Brasil. Assim, a classe média passou a servir ao capital financeiro, grandes industriais, agroindustriais e comerciantes.

O golpe de Estado resultou em uma mudança na governabilidade. Fortaleceu as tendências ditatoriais da burguesia. A decisão do STF se deu sob a forte pressão da burguesia e da pequena burguesia conservadora. Foi sintomático o tom ameaçador de alguns generais, exigindo punição. Há uma progressiva militarização da política.

É parte da derrubada do governo Dilma Rousseff a condição de o PT não voltar ao poder por meios das eleições de outubro, que encerram, formalmente, a transição política conduzida pela ditadura civil de Temer. A cassação dos direitos políticos de Lula concretiza essa estratégia, da qual compartilham o governo de Temer, os partidos que constituíram a frente golpista, a imprensa monopolista e o grande capital. O golpe de Estado veio para varrer o PT. A prisão de Lula atinge sua medula.

Na luta interburguesa, que se desenvolveu desde o fim da ditadura militar, prevaleceram os métodos antidemocráticos, policiais, judiciais e corporativos. A influência do empresariado na governabilidade, que inclui, inevitavelmente, a corrupção, compõe esse método. Expressam a democracia oligárquica e a estrutura institucional do Estado. A Lava Jato evidenciou o enorme poder acumulado pela burocracia estatal, da qual faz parte o contingente do judiciário, da procura-



A defesa de Lula contra a prisão e pelos seus direitos políticos a se candidatar se impõe, em contraposição aos métodos judiciais e policiais da política burguesa. Trata-se de um combate concreto às tendências ditatoriais, que vêm se projetando com a decomposição do capitalismo. O que não se confunde com as posições estratégicas do PT e aliados de defesa da democracia burguesa e das eleições.

doria e da polícia. Juízes, procuradores, policiais e ministros do STF agigantaram sua influência política, galgados na Operação Lava Jato. O Congresso Nacional golpista, apodrecido e desmoralizado, se apegou. O Executivo, chefiado por um governo usurpador e acuado pelas próprias denúncias da Lava Jato, sobrevive acuado pela crise política. A retomada dos militares a atividades políticas tende a se potenciar. É nesse quadro que a candidatura de Lula é indesejável às forças mais radicais que promoveram o golpe.

É obrigatório não desvincular a prevalência da Lava Jato na política, o golpe, a instituição da ditadura civil e, agora, a prisão de Lula do impulso mundial ao autoritarismo e à fascitização. Em particular, na América Latina, vêm caindo os governos que se colocaram como nacional-reformistas. Há um novo realinhamento das forças burguesas, produzido pela crise aberta em 2008 e conduzido

pelo imperialismo. A instalação de governos francamente pró-imperialistas se dá diante do fracasso dos nacional-reformistas. O golpe, no Brasil, é um dos exemplos mais claro da incapacidade dessa política burguesa.

A classe operária e os demais explorados estão obrigados a travar a luta no terreno da democracia política. A defesa de Lula contra a prisão e pelos seus direitos políticos a se candidatar se impõe, em contraposição aos métodos judiciais e policiais da política burguesa. Trata-se de um combate concreto às tendências ditatoriais, que vêm se projetando com a decomposição do capitalismo. O que não se confunde com as posições estratégicas do PT e aliados de defesa da democracia burguesa e das eleições.

As bandeiras de liberdade a Lula e direitos políticos somente poderão triunfar se se organizar um amplo movimento nacional e independente de massa, dirigido pela classe operária. Para isso, é necessário rechaçar o eleitoralismo e uso das organizações dos explorados para alimentar as ilusões na democracia burguesa. O POR não isenta o PT e Lula da corrupção política. Defende que somente a classe operária pode apurar as acusações por meio de um verdadeiro Tribunal Popular. Está colocada a retomada do movimento pelas reivindicações dos oprimidos, que se levantou contra as reformas antinacionais e antipopulares de Temer. Esse é o caminho efetivo para derrotar a marcha da reação e arrancar Lula da prisão.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Massiva resistência em São Bernardo



Assim que foi divulgada a ordem de prisão de Lula, o PT e a CUT organizaram uma vigília no sindicato metalúrgico, no anoitecer do dia 5. Organizações sindicais, movimentos, partidos, militantes, operários e populares sustentaram uma tribuna de defesa de Lula e de denúncia da decisão do juiz Sérgio Moro. A imprensa monopolista não teve como ignorar ou diminuir a importância da mobilização. A frente do sindicato e suas ruas laterais foram tomadas pelos manifestantes.

A agitação coletiva trouxe à mente as memoráveis greves do ABC de 1979 e 1980, que se insurgiram contra a ditadura militar e defesa dos salários e estabilidade no emprego. Lula despontava como uma nova liderança sindical descomprometida com o período de opressão ditatorial. Foi preso, juntamente com outras lideranças, em 19 de abril de 1980, e enquadrado na Lei de Segurança Nacional. Socorre-se, agora, do sindicato que dirigiu, como uma trincheira, ainda que por um momento, na condição de ex-presidente da República, condenado por corrupção.

Em 1980, a ditadura militar taxou Lula de subversivo. Hoje, a democracia oligárquica, que gestou em suas entranhas um golpe de Estado e deu lugar a uma ditadura civil, o persegue em nome da cínica moralidade burguesa.

Os partidos que ergueram a vigília e aqueles que aderiram à resistência de São Bernardo apresentaram em comum um ponto: defender a liberdade de Lula e seus direitos políticos. O Partido Operário Revolucionário fez parte da resistência. Limitou-se a distribuir seu manifesto – aqui publicado – e a se identificar com suas faixas. Tem clara a distinção entre a luta contra as tendências ditatoriais da burguesia e a defesa petista da candidatura de Lula. É preciso resistir firmemente à sua prisão e manter no alto a campanha pela sua libertação. Trata-se do enfrentamento dos explorados com os exploradores, com o Estado e, em particular, com o seu sistema repressivo no terreno da democracia política.

A prisão de Lula é parte e consequência do golpe de Estado que derrubou o governo petista. Em vários pronunciamentos na tribuna da resistência em São Bernardo, houve esse reconhecimento. É preciso, porém, ir às conclusões. A luta democrática contra a prisão e a cassação dos direitos políticos de Lula exige organizar o descontentamento das massas por suas reivindicações

próprias e dirigi-las contra a burguesia e seu governo. Não há luta democrática consequente pela via das ilusões jurídicas, constitucionais e eleitorais.

Desgraçadamente, a vigília teve por conteúdo tais ilusões, apesar dos discursos inflamados convocando os presentes a resistirem e não permitirem ser “arrastados ao matadouro”. Que sentido prático tem qualificar a resistência de “democrática e pacífica para defender a democracia”? Para mostrar ao STF, a Moro e a todos que a resistência vai até onde a lei permite? Não há nada de pacífico e democrático no movimento que cassou o voto de milhões que elegeram Dilma. Não há nada de pacífico e democrático na decisão do STF, que permitiu Moro imediatamente decretar a prisão do ex-presidente. Se a via de resistência for essa, Lula ficará inteiramente nas mãos de seus adversários políticos, que, com receio de não o derrotarem nas eleições, cortam suas asas, recolhendo-o em uma sala presidencial na carceragem da Polícia Federal de Curitiba.

Não será com rezas e discursos vazios que venceremos a ofensiva da direita burguesa, embalada pelo capital financeiro (nada pacífico!). Não será se preparando para a corrida eleitoral que o PT e seus aliados reunirão forças em meio aos explorados para libertar Lula e garantir seus direitos democráticos.

Um fato promissor marcou a vigília: a coluna de operários metalúrgicos que, por volta das 16 horas, chegou ao sindicato. É preciso, no entanto, organizar a classe operária a partir de suas necessidades e dar exemplo prático de uma política verdadeiramente classista de combate à ditadura de classe da burguesia. É nesse terreno que o POR se coloca pela defesa de Lula, em frente única com as demais forças.

A prisão de Lula é parte e consequência do golpe de Estado que derrubou o governo petista. Em vários pronunciamentos na tribuna da resistência em São Bernardo, houve esse reconhecimento. É preciso, porém, ir às conclusões. A luta democrática contra a prisão e a cassação dos direitos políticos de Lula exige organizar o descontentamento das massas por suas reivindicações próprias e dirigi-las contra a burguesia e seu governo. Não há luta democrática consequente pela via das ilusões jurídicas, constitucionais e eleitorais.



Classe média volta às ruas



A emersão das forças mais reacionárias da burguesia, vinculadas ao imperialismo, implica reagir violentamente contra a possibilidade de retorno do PT ao poder.

A decisão do Supremo Tribunal Federal de adiar o habeas corpus de Lula para o dia 4 de abril provocou uma fúria da imprensa monopolista, juízes, procuradores, delegados federais, militares e associações empresariais. De repente, o STF, que vinha sendo endeusado, passou a ser execrado. Já não estava cumprindo o seu dever de guardião da Constituição. Se tivesse rejeitado o habeas corpus, então, continuaria sendo endeusado. Como não se passou assim, foi acusado de ter se ajoelhado diante “do chefe petista”, segundo o editorial do Jornal O Estado de S. Paulo, sob o título “O Supremo Genuflexo”. A sessão do dia 22 de março do STF foi taxada de vergonhosa. O general da reserva Antônio Hamilton Martins Mourão denunciou os ministros de “covardia moral”.

A expectativa era de que Lula iria para o cárcere, assim que o TRF-4 rejeitasse o “embargo”. O que ocorreria no dia 26 de março. O fato dos ministros suspenderem a seção do dia 22 e adiar a decisão para 4 de abril foi denunciado como uma manobra para conceder “um indulto” ao réu já condenado na 2ª instância a 12 anos e um mês. Armou-se uma campanha para cercar o STF. O Ministério Público e o Judiciário organizaram um abaixo-assinado em defesa da prisão em 2ª instância.

As organizações que impulsionaram as mobilizações pelo impeachment de Dilma Rousseff – MBL, Vem pra Rua, Nas Ruas, Endireita Recife, etc. – foram acionadas. Criou-se um clima político pela prisão de Lula. A caravana petista, no Sul do País, se deparou com bloqueios, agressões e, finalmente, com um ato terrorista. Essa reação foi impulsionada pelos fazendeiros, agroindustriais, comerciantes, organizações direitistas (MBL, etc.) e associações ruralistas.

A campanha pela prisão em 2ª instância e detenção de Lula culminou com as manifestações da classe média na maioria das capitais do País. Reatou-se o fio das mobilizações que serviram ao golpe de Estado e a constituição da ditadura civil de Temer. O ódio da camada mais abastada da classe média ao petismo e, em especial, a Lula é o combustível das tendências reacionárias e autoritárias da burguesia.

Embora compareça como uma voz isolada, o general de exército da reserva, Luiz Gonzaga Schroeder Lessa, deu o tom mais radical: “Se acontecer tanta rasteira e mudança da lei, aí eu não tenho dúvida de que só resta o recurso à reação armada. Aí é dever da Força Armada restaurar a ordem (...)”. O comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, divulgou um comunicado “de repúdio à impunidade e de respeito

à Constituição, à paz social e à democracia.” A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, fez um pronunciamento em defesa da prisão em 2ª instância. Nessa mesma linha, se posicionou a Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal.

Os noticiários apresentaram insistentemente as manifestações pela prisão de Lula como se fossem uma expressão da maioria da população. A decisão do PT, da CUT e da Frente Brasil Popular de não organizar suas manifestações, apenas convocando algumas delas às pressas e desorganizadas, ajudou a reação a dar essa impressão. Nesse mesmo momento, “amigos” de Temer eram presos e imediatamente soltos a mando da procuradora e do STF. Retomava-se a crise política pela via das denúncias de corrupção contra Temer. No entanto, as manifestações organizadas pelo MBL, FIESP, etc. simplesmente desconhecaram que os maiores ladrões e crápulas da política burguesa continuam soltos e governando o País.

Esses acontecimentos reforçam as explicações e posições do POR de que o movimento pelo impeachment, o golpe de Estado e a instituição de uma ditadura civil levaram a um realinhamento das forças burguesas que advogam a via do autoritarismo para enfrentar a crise econômica, a crise política e a crise moral. Esse realinhamento tem se expressado por meio da Operação Lava Jato, das ações políticas do judiciário, da procuradoria-geral e da polícia federal. Esse realinhamento burguês no aparato do Estado e fora dele obteve uma grande vitória com o impeachment de Dilma Rousseff, vitória essa que atingiu profundamente o PT e comprometeu a candidatura de Lula. Observa-se que não se tratava apenas de destituir o seu governo, mas também de quebrar a espinha dorsal do petismo.

A emersão das forças mais reacionárias da burguesia, vinculadas ao imperialismo, implica reagir violentamente contra a possibilidade de retorno do PT ao poder. A condenação de Lula e a cassação de seus direitos políticos é a forma pela qual essas forças do capital agem para marginalizar o PT nas eleições de outubro. Não aceitam correr o risco de ter Lula candidato, quanto tem 35% das intenções de voto, enquanto que os demais candidatos não chegam nem perto e são antipopulares.

O PT se mostrou incapaz de recorrer à classe operária para se contrapor ao golpe de Estado. Agora, reflete a mesma debilidade, depositando esperança na decisão do STF. Continuamos afirmando que somente o proletariado pode enfrentar as tendências ditatoriais da burguesia. Mas, somente compreenderá e verá sentido neste embate se partir de suas reivindicações e programa próprios. A via eleitoral apresentada pelo PT e a Frente Brasil Popular desvia a atenção dos explorados de suas reais necessidades e retarda o avanço da organização independente do proletariado. Basta um passo dado pela classe operária por seu programa para expor o conteúdo reacionário, antinacional, antipopular e antidemocrático do movimento de classe média que serve ao grande capital nacional e ao imperialismo. Chamamos o PT, a CUT, MST, MTST e demais movimentos a rechaçar a condenação, prisão e cassação dos direitos políticos de Lula por meio da luta de classes e da organização independente dos explorados. Que se convoquem as assembleias sindicais, populares e estudantis para responder aos ataques da burguesia e de seus governos. Organizemos os comitês de base! Retomemos o movimento que se ergueu nacionalmente contra os ataques de Temer e que se lançou à greve geral de 28 de abril do ano passado!

Manifesto do Partido Operário Revolucionário

STF autoriza Sérgio Moro a prender Lula Somente a classe operária pode decidir sobre o destino de Lula!

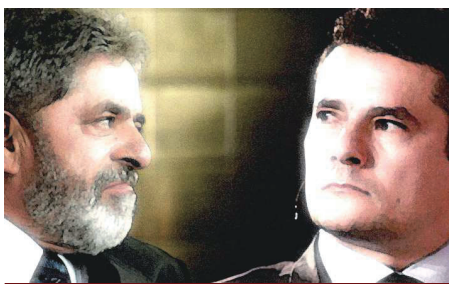
A decisão no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o habeas corpus de Lula foi precedida de uma concentrada e gigantesca campanha orquestrada pelos meios de comunicação monopolistas. A dúvida sobre a possibilidade do STF não autorizar a prisão do ex-presidente justificou as inúmeras manifestações em favor da entrega do destino final de Lula ao algoz Sérgio Moro.

O adiamento da decisão no dia 22 de março para 4 de abril desencadeou uma virulenta onda de acusação ao STF por supostamente ter se ajoelhado diante de Lula. Não se pode desvincular esse antecedente do resultado que autorizou a sua prisão. A mobilização da classe média deu o conteúdo social à decisão política do STF. O País assistiu à réplica das ações que estiveram na base do impeachment de Dilma Rousseff. Depois de derrubado o governo petista e instituído a ditadura civil de Temer, a crise política permaneceu sob novas condições.

O presidente usurpador teve duas acusações de corrupção, que foram afastadas pela Câmara de Deputados. Outros asseclas do MDB compareceram na lista de Janot. O delinquente Aécio Neves caiu em desgraça, flagrado pedindo dinheiro a JBS. Não houve, no entanto, protestos da classe média contra a corrupção do MDB, PSDB e outros partidos. Organizações, como MBL, Vem pra Rua, etc., ficaram caladas. Os direitistas, golpistas, fizeram jus ao dinheiro que recebem de empresários. O seu silêncio diante do processo da Lava Jato contra Michel Temer serviu à estabilização política da ditadura civil. Diante da decisão sobre a prisão de Lula, os serviços da burguesia voltam a campo, instigando o ódio da classe média ao PT. Ódio esse manipulado pelos meios de comunicação, tendo à frente a Rede Globo, a Bandeirantes e os jornais o “Estadão” e a Folha de S. Paulo. Assistimos às mesmas cenas do nacionalismo direitista, profundamente artificial, que se refletiram no movimento pelo impeachment. Os manifestantes da classe média se vestiram de verde e amarelo e agitaram as bandeirolas do Brasil, sem se darem conta de que seguiam os interesses estrangeiros do imperialismo.

O capital financeiro foi o principal destacamento da burguesia a conduzir o golpe de Estado, que derrubou Dilma Rousseff. A Lava Jato serviu de instrumento desse objetivo. A bandeira de prisão a Lula é tão somente a consequência do processo que casou milhões de votos daqueles que elegeram Dilma Rousseff e impuseram ao País um governo usurpador. A classe média, por ser uma classe intermediária entre o proletariado e a burguesia, via de regra, serve à política conservadora, reacionária e pró-imperialista. É bom lembrar que essa classe foi arrastada pelo gol-

pe militar de 1964. Certamente, as camadas de classe média que mais se empenharam pelo impeachment e, agora, pela prisão e cassação dos direitos políticos de Lula são as mais ricas, mais acomodadas, ou, ideologicamente, mais comprometidas com o autoritarismo. Esse conteúdo social está na base do processo da Lava Jato contra o PT, da condenação de Lula pelo juiz Sérgio Moro, da elevação da pena pelo TRF-4 e, finalmente, da decisão do STF no dia 4 de abril, concluído na madrugada do dia seguinte. Triunfou a posição do capital financeiro, dos monopólios dos meios de comunicação, das organizações representativas de industriais, agroindustriais, fazendeiros, das Forças Armadas e das corporações da burocracia estatal (associações de promotores, juizes, polícia federal, etc.). É imprescindível que se diga que sobre o STF pairou a declaração do general Eduardo Villas Bôas, seguido de outros oficiais.



Estamos diante de um método particular da política burguesa que é o uso da polícia, do judiciário e da promotoria para impedir que Lula se candidate. Depois do golpe de Estado, é inconcebível para a burguesia que o PT possa recuperar o terreno eleitoral e ameaçar os velhos partidos burgueses que derrubaram Dilma Rousseff.

O julgamento do habeas corpus mostrou o quanto o STF expressa o ordenamento jurídico constituído pela burguesia oligárquica. O fato concreto é que Lula foi condenado em primeira instância sem provas e confirmado pela segunda instância sem que apresentassem as provas materiais. As acusações contra Temer e Aécio Neves estão materialmente comprovadas. A presidente do STF, Carmem Lúcia, que desempatou a votação em favor da prisão de Lula, liberou e protegeu o canalha do PSDB, Aécio Neves. Não resta dúvida de que o País está diante de um julgamento político. Todos os longos discursos dos ministros do STF sobre o princípio da “presunção de inocência” e do fundamento constitucional do “trânsito em julgado” se desfazem diante de um presidente da República imposto ao País por meio de um golpe, acusado sem atenuantes de servir aos interesses de empresários em troca de financiamento de campanha e enriquecimento próprio, absolvido pela Câmara de Deputados, e diante do senador Aécio Neves, que continua com seus direitos políticos intactos.

É nessa entranha purulenta que o PT, importantes dirigentes e Lula têm recebido um tratamento diferenciado, seletivo e discriminatório pela justiça e pelo sistema político burguês. É nesse preciso sentido que os explorados devem rechaçar a condenação, a prisão e a perda de direitos políticos de Lula, bem como de seus demais dirigentes.

Estamos diante de um método particular da política burguesa que é o uso da polícia, do judiciário e da promotoria para impedir que Lula se candidate. Depois do golpe de Estado, é inconcebível para a burguesia que o PT possa recuperar o terreno eleitoral e ameaçar os velhos partidos burgueses que derrubaram

Dilma Rousseff. Para o golpe triunfar em toda a linha, é imperativo que Lula não volte à presidência por meio de eleições. Há um vínculo claro e incontestável entre o objetivo de desmontar o PT, de reduzir ao máximo sua capacidade eleitoral e torná-lo um anão da política burguesa.

Os explorados estão obrigados a combater os métodos e as ações antidemocráticas e autoritários, com os quais o aparato do Estado, os partidos da ordem e a burguesia procuram liquidar o reformismo petista.

O Partido Operário Revolucionário (POR), inimigo de classe da política do PT, que, em sua essência, é burguesa, definiu desde o início que somente a classe operária, por meio de um Tribunal Popular, pode investigar, julgar e condenar Lula. Isso

O caminho para resistir e avançar contra as tendências antidemocráticas e autoritárias da burguesia é o de organização da luta independente da classe operária contra o Estado burguês e os capitalistas. Essa luta começa por enfrentar a implantação da reforma trabalhista e da terceirização.

por que se trata de investigar, julgar, punir e combater revolucionariamente os crimes da burguesia. A justiça é de classe. Por mais que seu ordenamento siga preceitos do chamado “Estado de Direito”, continua sendo de classe, em outras palavras, servindo aos interesses da burguesia em contraposição aos interesses da maioria oprimida.

A democracia burguesa, no Brasil, não teve como, historicamente, erradicar suas raízes oligárquicas. De forma que o ordenamento jurídico reflete essa base econômica e social do capitalismo. Na sua origem e desenvolvimento, o PT acreditou ser possível democratizar o Estado, portanto, desoligarquizar sua democracia. Uma vez no poder, se viu soldado à velha política das alianças oligárquicas, que, inevitavelmente, se assenta nas relações promíscuas entre o poder econômico e o poder político. A variante reformista da política burguesa esteve fadada ao fracasso no passado e, agora, simplesmente comprova a premissa marxista de que o capitalismo na época de decomposição não comporta reformas progressivas nacionais e populares. Está aí por que o PT não teve como se livrar do golpe de Estado, que marca a história política do Brasil, já que se viu impotente diante da crise econômica e das exigências do grande capital. O objetivo do setor mais poderoso da burguesia de restabelecer a velha ordem partidária implica diminuir ao máximo possível a capacidade do reformismo de se apoiar nas massas para dirigir o Estado burguês. Esse é o sentido mais profundo do golpe de Estado, da implantação da ditadura civil e do desbaratamento do PT.

O POR não compartilha da ilusão de que se restabelecerá a

Condenação e prisão de Lula

democracia por meio de novas eleições, que nunca foram livres, mesmo aquelas com as quais o PT pôde chegar ao poder, nem o serão. O golpe de Estado não se circunscreveu a derrubar um governo impotente diante da crise econômica. Suas consequências são mais amplas. Realinham as forças burguesas e do Estado em torno à centralização autoritária. Centralização necessária para enfrentar a polarização crescente entre a concentração de riqueza e a expansão da miséria. E, portanto, para responder às tendências da luta de classes e da possibilidade do proletariado se levantar como direção da maioria oprimida.

O caminho para resistir e avançar contra as tendências antidemocráticas e autoritárias da burguesia é o de organização da luta independente da classe operária contra o Estado burguês e os capitalistas. Essa luta começa por enfrentar a implantação da reforma trabalhista e da terceirização. Concretamente, os explorados estão diante do desemprego, do subemprego e da destruição de velhas conquistas. Têm pela frente a reforma da previdência, que será retomada em breve. As privatizações e desnacionalizações pre-

cisam ser encaradas pelo movimento operário, camponês e popular. É visível a necessidade de vincular a defesa da economia nacional à independência nacional, diante do domínio do capital monopolista e da opressão imperialista. O programa de estatização sem indenização, portanto, de expropriação revolucionária do grande capital tem de confluir com a revolta dos explorados contra a situação de pobreza e miséria. É preciso pôr na ordem do dia o não pagamento da dívida pública e direcionar a gigantesca carga de juros em favor das forças produtivas, que devem ser controladas pela classe operária.

A desorganização da classe operária, o atraso político e a prevalência do colaboracionismo de classes nos sindicatos, certamente, têm sido os grandes obstáculos para a luta independente. Objetivamente, está colocada a defesa sistemática da estratégia de poder própria do proletariado, que se concretiza na forma do governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado. Nessa luta, temos de trabalhar, firme e coesamente, pela construção do partido marxista-leninista-trotskista. É com essa arma que o POR convoca os explorados e sua vanguarda a combater a política e os métodos burgueses reacionários que recaem sobre o PT e sua liderança máxima.

***Não à prisão de Lula!
Pelo direito de Lula se candidatar!
Por um Tribunal Popular!***

5 de abril de 2018



Prisão dos amigos de Temer

Em nota, Temer denunciou a existência de “forças obscuras” que pretendem atingi-lo, prendendo o ex-assessor presidencial, José Yunes, e o coronel João Batista Lima Filho, ambos seus amigos. Refere-se à tentativa de inviabilizar sua candidatura, destruindo a sua reputação. A nota ressalta o uso de “métodos totalitários”, por meio dos quais se procura gerar denúncias sem fato real. A pronta reação de Temer indicou sua preocupação com o que seus dois amigos poderiam revelar sobre caso do “Decreto dos Portos”. Chamou a atenção a denúncia sobre “forças obscuras”, uma vez que o governo tem todas as condições de identificá-las e apresentá-las ao País. Luís Roberto Barroso, ministro do STF, autorizou a prisão provisória dos denunciados na “operação Skala”.

Foram expedidos 13 mandados de prisão, incluindo, além dos amigos de Temer, o ex-ministro da agricultura do governo Dilma, Wagner Rossi, e o presidente do grupo Rodrimar, Antônio Celso Grecco. Os pedidos de prisão vieram da procuradora Raquel Dodge, que foi indicada por Temer a ocupar o lugar do ex-procurador Rodrigo Janot, considerado seu inimigo político. A rede Globo, mais uma vez, se encarregou de dar grande publicidade ao fato. É de se imaginar que, de conjunto, o ministro do STF, a procuradora e a rede Globo tenham a ver com as tais “forças obscuras”. Aos mortais, tais figuras da vida política comparecem de carne e osso envolvidos no processo da “operação Skala” e, conseqüentemente, no mandado de prisão.

Até onde o acontecido deve ser tomado como o lógico desdobramento das denúncias dos empresários da JBS e das conversas gravadas entre Rodrigo Rocha Lores e Temer sobre as propinas envolvendo o “Decreto dos Portos”, ou ser tomado como uma nova investida para desestabilizar o governo e impedir a sua candidatura, ficou em aberto. Tudo indica que a primeira possibilidade é a mais provável. A Operação Lava Jato tem sido progressivamente desativada, mas há pendências que forcem os seus responsáveis a levarem às conclusões finais.

Temer venceu na Câmara dos Deputados as duas denúncias de Janot. No entanto, a derrota política da Procuradoria Geral da República não significou o fim dos processos que comprometem Temer e a camarilha do MDB. E também não pôs fim à crise política que permaneceu, sob novas condições, após o impeachment de Dilma Rousseff. A frente golpista e a coesão da base aliada no Congresso Nacional correspondiam ao objetivo comum de impor as reformas antinacionais e antipopulares. O que foi possível até a aprovação da reforma trabalhista. O que não se repetiu diante da reforma da Previdência. Os abalos constantes que atingiram o governo, estremecido pelas denúncias de corrupção, certamente, retardaram o processo de aprovação das reformas, o que comprometeu as negociações em torno às alterações na Previdência. Ao aproximar-se do período eleitoral, já não era possível sustentar a coesão inicial da

frente golpista. O novo abalo provocado pela inclusão de Temer no processo do quadrilhão do MDB, autorização de quebra de seu sigilo bancário e, agora, a prisão dos amigos implicados no “Decreto dos Portos” acontece no momento em que não estão em questão as reformas, o PT se concentra na defesa de Lula, o movimento das massas recuou e os partidos da base governista se lançam à corrida eleitoral.

A economia se recupera, ainda que lentamente, da profunda recessão, dando argumento para Temer vangloriar o seu governo. A intervenção militar no Rio de Janeiro foi assimilada pelo Congresso Nacional e apoiada pela burguesia, ainda que com críticas. Temer se animou a indicar a possibilidade de se lançar candidato, considerando que o PSDB e o DEM estão em franca ofensiva em torno às candidaturas próprias. Não sendo possível uma aliança com uma dessas forças, o MDB se vê empurrado a disputar as eleições. Não há outra figura que não seja o próprio presidente golpista. Esse quadro ainda não está totalmente consolidado, mas caminhava e caminha para as candidaturas próprias dos três principais partidos da burguesia. Eis por que a possibilidade de uma terceira denúncia contra Temer comparece como uma ação de “forças obscuras”. Em parte, os atritos e disputas interburguesas em torno ao poder do Estado contam com intrigas, conspirações, manobras e jogatinas. O PT, que poderia se erguer com a candidatura de Lula, está na dependência da Justiça e da Polícia Federal. As inúmeras candidaturas refletem a convicção dos partidos da

As inúmeras candidaturas refletem a convicção dos partidos da frente golpista de que Lula terá seus direitos políticos cassados. Não tendo de responder à ameaça lulista, a frente golpista se dissolve paulatinamente e cada partido procura se potenciar, utilizando-se dos despojos do golpe de Estado.

frente golpista de que Lula terá seus direitos políticos cassados. Não tendo de responder à ameaça lulista, a frente golpista se dissolve paulatinamente e cada partido procura se potenciar, utilizando-se dos despojos do golpe de Estado. A pronta resposta de Temer à prisão de seus amigos comparece, assim, vinculada à defesa de sua candidatura.

Os acontecimentos envolvendo os amigos de Temer com o “Decreto dos Portos” não deixam dúvidas de que o presidente da República faz parte de uma das facções do MDB, que tem sua própria quadrilha.

Nem bem a nota de Temer que denunciava “os métodos totalitários” ganhava repercussão, a procuradora Raquel Dodge e o ministro do STF Luís Roberto Barroso emitiam uma contraordem de soltura dos sequazes. A Polícia Federal já não se utiliza da condução coercitiva, como fez livremente no caso dos implicados do PT, inclusive no de Lula. A prisão passou a ser “temporária” (preventiva). De forma que José Yunes, coronel João Batista, Wagner Rossi e Antônio Celso Grecco não foram submetidos ao mesmo regime de prisão preventiva que os tornariam passíveis de delação premiada. Temer e sua camarilha governamental podem, portanto, dormir sem grandes preocupações, embora não esteja descartada completamente a possibilidade de uma terceira denúncia.

A retomada da crise política, no entanto, não tem importância para as massas. A população assiste as prisões dos amigos

de Temer como uma repetição do que vem ocorrendo há algum tempo. A intervenção militar no Rio de Janeiro vem sendo utilizada para que os explorados esqueçam as brutais reformas antinacionais e antipopulares, o desemprego, o subemprego, os baixos salários, a saúde sucateada e a miséria. A burocracia sindical considerou uma vitória a suspensão da votação da reforma da Previdência, não vendo motivo para organizar a luta em defesa do trabalho e da vida dos explorados. A implantação da reforma trabalhista e da terceirização deram os primeiros sinais de que a força de trabalho está completamente desguarnecida diante da voracidade dos capitalistas.

O novo abalo que atinge a ditadura civil de Temer não modifica em nada a política de ofensiva dos capitalistas nacionais e do imperialismo sobre os ataques contra a maioria explorada e a economia nacional. O governo, nesse ínterim, promoveu

mais um leilão entreguista do pré-sal e prepara a retomada da privatização da Eletrobras. Esses acontecimentos não mereceram a atenção dos sindicatos e das centrais, que se encontram submetidos a uma burocracia adaptada ao capitalismo e à democracia burguesa. Enquanto o PT fazia sua caravana eleitoral no Sul do País, Temer promovia o entreguismo.

É preciso dizer aos explorados que esse governo sistematicamente denunciado por corrupção não parou com seu plano econômico, que esteve na base do golpe de Estado. Há que se defender as respostas e o programa do proletariado nas condições de desintegração do capitalismo e de crise do regime político. Lutemos com todas as nossas forças contra a onda eleitoralista, que começa a se erguer. Levantemos a bandeira do Tribunal Popular para investigar, julgar e punir os crimes da burguesia e de seus politiqueiros.

Resposta da classe operária ao programa "indústria 4.0" do governo?

O governo Temer lançou, no dia 14 de março, no Fórum Econômico Mundial, realizado em São Paulo, o programa "Agenda Brasileira para a indústria 4.0." Seu objetivo é oferecer financiamento público de até R\$ 5 bilhões, até 2020, para empresas que se adaptem à nova onda de modernização tecnológica da indústria.

"Indústria 4.0" é o nome dado às inovações tecnológicas (automação e robotização) que vêm sendo aplicadas no processo produtivo. Também é chamada de 4ª revolução industrial, pela aplicação da "inteligência artificial", na qual robôs controlam robôs, reduzindo e substituindo cada vez mais operários por máquinas.

A direção do sindicato dos metalúrgicos do ABC criticou o programa do governo. Aroaldo Oliveira da Silva, secretário geral do sindicato, declarou que "o governo quer financiar empresas sem ter discussão com os trabalhadores.". Acrescentou: "Quer usar o dinheiro público para incentivar o desemprego".

Aroaldo critica corretamente o programa do governo, mas não apresenta nenhuma proposta para combater o desemprego. Ao contrário, fica implorando ao governo que permita à direção sindical participar das negociações do programa que, como eles próprios afirmam, causará demissões.

O governo do PT criou em 2012 o programa Inovar-Auto, visando à elevação do padrão tecnológico das empresas com dinheiro público. Os metalúrgicos do ABC/CUT participaram das reuniões que elaboraram o "Inovar", que terminou em dezembro de 2016.

Em abril de 2017, o governo Temer criou o programa "Rota 2030", com o mesmo objetivo. Em junho, os metalúrgicos do ABC começaram a participar do programa do governo golpista.

Muitos são os programas de ajuda às empresas. A pergunta é: tem melhorado a situação da classe operária? Os postos de trabalho aumentaram? Os dados do próprio governo mostram que não. Segundo o IBGE, desde o primeiro

trimestre de 2014, o país perdeu cerca de 3 milhões de postos de trabalho com carteira assinada. As multinacionais receberam bilhões em ajuda e, como contrapartida, demitiram e suspenderam milhares de operários e reduziram os salários em geral.

Dentro do capitalismo, a aplicação de novas tecnologias não tem gerado mais empregos. Isso porque o desenvolvimento das forças produtivas se choca com a propriedade privada. Os patrões introduzem novas tecnologias visando a aumentar seus lucros, produzir mais com menos trabalhadores. A cada novo investimento que faz o capitalista, a cada nova tecnologia aplicada, mais operários são demitidos.

Para que as novas tecnologias, como a introdução de robôs na produção, sejam favoráveis aos trabalhadores e não signifiquem demissões, a resposta programática da classe operária, deve ser:

1. Frente às demissões: ocupar as fábricas e impor o controle operário da produção. Os patrões são parasitas que vivem da exploração da força de trabalho dos operários. A classe operária é quem produz toda a riqueza. É quem conhece todo o funcionamento da fábrica. Pode, perfeitamente, produzir e controlar a produção através dos comitês de fábrica e assembleias. Não necessitamos de patrões.
2. Lutar pela redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários. Pela divisão de todas as horas necessárias para produzir nacionalmente, entre trabalhadores empregados e desempregados (escala móvel das horas de trabalho).
3. Lutar pelo salário mínimo vital e móvel. Que seja suficiente para manter todas as necessidades básicas, alimentação, saúde, educação, lazer etc., para a classe operária e suas famílias.

Os sindicatos e centrais devem romper com os organismos e programas da burguesia e organizar os explorados para impor essas e demais reivindicações por meio da ação direta, que são as greves, as ocupações de fábricas, etc.

Municipais São Paulo

Unidade grevista e as manifestações gigantescas derrotam Doria/PSDB

A greve do funcionalismo municipal de São Paulo foi encerrada no dia 27 de março, diante do recuo temporário do governo. Doria havia dito, um dia antes, em entrevista à Rede Globo, que tinha os 28 votos necessários para aprovar o PL 621/16, o qual propõe reformar a Previdência Municipal, instituindo a SAMPAPREV (regime de previdência complementar). Trata-se de uma importante derrota política para o prefeito. Para os trabalhadores, uma vitória parcial, afinal, a suspensão da votação por 120 dias coloca no horizonte a possibilidade de retomada do projeto. A categoria necessita manter a mobilização, respondendo a cada investida do governo e da mídia burguesa. Eles não descansarão, seguirão trabalhando para convencer a população sobre o suposto déficit e a necessidade “inadiável” da reforma.

Foram 20 dias de greve ativa. A educação foi indiscutivelmente o pilar da mobilização dos municipais. Os outros setores foram aderindo e a greve na saúde, por exemplo, mesmo que tímida, vinha crescendo. Várias manifestações e assembleias massivas foram realizadas, assim como os atos regionais. O índice de adesão entre os trabalhadores da educação beirou os 100%. A categoria enfrentou a repressão e a propaganda milionária do governo. A palavra de ordem mais ouvida foi “não tem arrego!”, demonstrando a disposição de enfrentamento. As reuniões com as comunidades contaram com amplo apoio à luta. Em suma, foi uma experiência concreta de grande valor, por potencializar a confiança dos trabalhadores em suas próprias forças e no método da ação direta.

Entretanto, algumas contradições estiveram presentes desde o começo e atuam agora como fatores de risco para a categoria. O principal problema foi a política da direção majoritária, de colocar o movimento a reboque do calendário da Câmara de Vereadores, reunindo os trabalhadores de acordo com os passos na tramitação do projeto. Essa política de pressão parlamentar tinha por objetivo “convencer” os vereadores a votar contra o PL. A palavra-de-ordem que correspondia a essa linha era “se votar, não volta”. Cláudio Fonseca, presidente do SINPEEM e vereador pelo PPS (que compõe a base aliada do governo) alimentou o quanto pôde essa ilusão. Fez muito barulho em torno da possibilidade de obstruir o processo desde a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Não adiantou, o projeto passou nessa instância. Só não foi aprovado ainda em plenário devido à força da mobilização.

Na verdade, os vereadores respondem exclusivamente aos seus interesses corporativos e aos objetivos gerais da classe capitalista. O poder econômico reina neste campo. A reforma foi ditada de cima para baixo, pela política de “ajuste fiscal” do governo Temer. Este, quando se viu obrigado a suspender temporariamente a reforma da Previdência em âmbito nacional, apontou que a colocaria em prática através dos estados e municípios. O governo petista no Ceará, por exemplo, serviu a esse intento, aumentando a alíquota de contribuição previdenciária para 14%, exatamente como pretendia o Doria com o seu substitutivo (o projeto original é do ex-prefeito Haddad/PT).

É o capital financeiro que impõe o ataque às aposentadorias, como parte do enxugamento do Estado, visto como necessário para garantir o pagamento dos juros da dívida pública. Em outras palavras, são os grandes banqueiros nacionais e internacionais que querem a todo custo arrebentar a aposentadoria já miserável recebida por milhões de explorados. Sem dúvida, faz parte desse cálculo o incremento do sistema de previdência privada. Esse é o plano da burguesia: destruir a previdência pública, abocanhar esse filão e obrigar os trabalhadores a migrarem para os fundos privados de aposentadoria. São esses interesses, inclusive, que estão por trás dos editoriais da Folha de S. Paulo e do Estadão, defendendo a retomada do projeto, utilizando o argumento do suposto déficit. São esses setores que seguem, agora nos bastidores, pressionando os vereadores em favor da implementação da reforma.

É por isso que a suspensão por 120 dias representa também uma trégua perigosa. A reivindicação do movimento era e é a retirada do projeto, o que está correto. Por outro lado, toda conquista política dos oprimidos é temporária, considerando que os exploradores, possuindo o poder em suas mãos, não podem admitir qualquer concessão, especialmente nos períodos de aguda crise do capitalismo. Exemplo disso é o caso dos estudantes secundaristas de São Paulo, que impuseram a suspensão do projeto de “reorganização escolar” de Alckmin, em 2015. Dada a desorganização do movimento estudantil e docente, o governo estadual vem conseguindo aplicar o mesmo projeto de forma escalonada, fechando salas, turnos e escolas a cada ano.

No caso da luta atual dos municipais, esse risco está presente e pode ser concretizado com a simples retomada do projeto ou através da negociação de emendas. Estas podem ser utilizadas para mascarar a essência extremamente nociva do PL. E qual é o campo onde isso pode acontecer? Justamente na Câmara de Vereadores. Está aí o motivo para se fazer um balanço rigoroso da política de pressão parlamentar. Trata-se de uma via de conciliação de classes, que só pode resultar em derrota para os explorados. Daí a importância de não abaixar a guarda e seguir lutando pela retirada do projeto.

É hora de erguer os comitês de base, consolidando uma aliança dos trabalhadores com os moradores dos bairros operários onde estão cravadas as escolas, unidades de saúde, etc. A CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e as centrais sindicais precisam retomar o caminho da construção da greve geral. A unidade da maioria nacional oprimida, sob a direção da classe operária, continua sendo a resposta para derrotar a burguesia e seus governos. Nada de desviar a luta para o campo do eleitoralismo! Os trabalhadores têm de confiar apenas em suas próprias forças!

Foram essas as bandeiras levantadas pela Corrente Proletária na Educação durante toda a mobilização. Foram cinco boletins publicados durante a greve, expressando uma linha de independência de classe e de trabalho desde as bases em favor

da vitória da greve. Foram três reuniões públicas da Corrente realizadas aos finais de semana, dada a necessidade de debater coletivamente os rumos e a linha a ser seguida em cada fase do combate. A intervenção da militância se concentrou em denunciar o engodo do déficit, mostrando que os trabalhadores não deviam pagar pela crise do capitalismo; denunciou também o risco de desviar a luta para o Parlamento e para o eleitoralismo; defendeu, em todo momento, o princípio da democracia ope-

rária, exigindo o controle das bases sobre as assembleias e atos públicos; posicionou-se a favor da unidade real, com as assembleias e comandos conjuntos, contra toda forma de divisionismo aparelhista. Fruto dessa intervenção, a Corrente Proletária divulgará um folheto com essa rica experiência.

A tarefa colocada é a de aproveitar a disposição dos trabalhadores da educação, fruto da vitória parcial obtida, e seguir na luta, em defesa das reivindicações e com o método da ação direta.

Rondônia

DERROTAR OS ATAQUES DO GOVERNADOR E DO PREFEITO, FORTALECENDO A GREVE

Vejamos o caso dos trabalhadores estaduais da educação

A greve dos trabalhadores estaduais da educação começou no dia 21/02, com uma pauta de reivindicações já negociada em anos anteriores. O governo não as tinha cumprido, no que diz respeito ao plano de cargos e salários, que denominam de Meta 17 de acordo com o Plano Nacional da Educação (PNE). Meta essa que contempla as perdas, que se arrastam há anos. Basta ver que o professor classe C ganhava, em 2012, R\$ 1.904,78, enquanto o Piso Nacional era de R\$ 1.451,00. Ou seja, o vencimento do professor classe C era 31,27% maior que o piso. Agora, o mesmo professor recebe R\$ 2.218,00, ou seja, 10,7% menor que o piso nacional.

De acordo com o Piso Nacional, hoje, o vencimento inicial do professor classe C seria de R\$ 3.223,17, ou seja, 45,3% acima do valor que é pago atualmente. Os Técnicos Educacionais também acumulam grandes perdas nos salários. Em 2012, o vencimento dos Técnicos nível 1 era de R\$ 746,91 e o salário mínimo era de R\$ 622,00. Assim, o vencimento apresentava 20,08% acima do valor pago pelo salário mínimo da época. Já em 2018, o salário do Técnico Educacional nível 1 é de R\$ 869,83 no vencimento. Atualizado ele teria um vencimento 31,7% acima e chegaria a R\$ 1.145,56.

Como se vê, as perdas salariais são grandes. Os governos têm a política de congelamento ou de reajuste miseráveis. A resposta dos trabalhadores para repor o poder de compra dos salários foi a greve. E esse é o caminho correto.

Enfrentar os ziguezagues burocracia sindical

O governador acionou a justiça para determinar a ilegalidade da greve dos estaduais. A justiça a acatou prontamente e impôs multas diárias ao sindicato pelo não cumprimento da ordem judicial.

No decorrer de quase dois meses de greve, os trabalhadores estaduais da educação têm realizado diversas ações, como a ocupação da Seduc e bloqueios em dias alternados em diversos pontos da BR 364. Exigem que o governador atenda às reivindicações. Portanto, há disposição de luta por parte dos grevistas.

Ainda que a burocracia tenha tentado acabar com a greve a todo custo, não conseguiu. A exemplo do que vem ocorrendo com a ocupação e os bloqueios por tempo determinado. Só não colocou fim ao movimento porque o índice de paralisação é de cerca de 85%. Pior ainda, a direção do sindicato

não unifica as greves dos estaduais com os municipais. Portanto, há dois blocos de greve na capital do estado: a dos trabalhadores municipais da educação e a dos estaduais, com comandos separados e com atenção maior dada à base dos estaduais. Esse é um obstáculo que precisa ser removido. A greve tem de ser unificada. Um só movimento para derrotar o governo e o prefeito e impor as reivindicações.

Impulsionar a greve dos trabalhadores municipais

No dia 23/2, foram os trabalhadores municipais da educação que entraram em greve. O objetivo da greve é a reposição salarial, haja vista a defasagem de 27,29%. O prefeito Hindon Chaves/PSDB rejeitou a pauta de reivindicações e se colocou por manter o decreto de “contenção de gastos”. Com isso, a situação das escolas municipais é calamitosa. Faltam carteiras, os prédios estão sucateados e as condições de ensino estão extremamente precarizadas. Na área rural, mais de 2 mil alunos estão sem aulas, porque o prefeito cortou o transporte escolar, sendo que muitos desses não fecharam sequer o ano letivo de 2017. Não está pagando a gratificação dos professores auxiliares de alunos especiais. Não há professores suficientes. A precarização se intensifica e, por isso, existe um grande número de professores para horas-extras, que fazem o contra turno para cobrir as salas que estão sem professor.

Diante da greve, o prefeito Hildon Chaves cortou os salários dos grevistas. Uma medida para quebrar o movimento. O prefeito sabe que uma parte dos professores acaba retornando ao trabalho. A burocracia do sindicato aproveita essa situação para pôr fim ao movimento grevista, se apoiando nos índices de paralisação. Mas, vem enfrentado uma parcela classista que resiste à suspensão da greve. O que tem impedido a burocracia de enterrar de vez a luta grevista dos municipais.

A Corrente Proletária – POR vem defendendo a unidade da greve estadual e municipal. Tem colocado-se pelos comandos e ações de greve também unificadas. Mostrou o caráter limitado da reivindicação de cumprimento das metas do PNE. Vem propagandeando as reivindicações de estabilidade aos professores de contratos temporários e horas extras; piso salarial calculado pelas assembleias de base, reposição das perdas salariais e a escala móvel de reajuste (aumentou o custo de vida, automaticamente aumenta o salário na mesma proporção). E trabalha para constituir uma oposição classista para se opor à burocracia do sindicato.

Rio Grande do Norte

Greve dos vigilantes barrou a implementação da jornada intermitente

Os vigilantes do RN, em uma greve exitosa, conseguiram derrotar a investida dos patrões em implementar a jornada de trabalho intermitente que, segundo o SINDSEGUR, poderia gerar perdas salariais de mais de R\$ 700,00 aos trabalhadores. Conseguiram ainda um aumento salarial de 2,2%, e de 19,23% no vale alimentação, apesar de perderem o direito a receber horas extras nos feriados.

A greve dos vigilantes é um exemplo para as demais categorias, por ter combatido diretamente a implementação da Reforma Trabalhista, apesar das ameaças de demissão por parte dos patrões e da justiça terem obrigado a ter contingente de 70% nos hospitais, além do isolamento por parte das direções dos demais sindicatos e das centrais. Os vigilantes conseguiram prejudicar significativamente o atendimento dos bancos com os piquetes, além de prejudicar inicialmente as visitas dos acompanhantes nos hospitais, mostrando qual o verdadeiro método

para se conquistar as reivindicações, o da Ação Direta.

Mesmo tendo derrotado nesse momento os patrões, a luta ainda não acaba, pois eles ainda tentarão implementar aos poucos, a conta-gotas, o que não conseguiram realizar agora.

Diante da greve dos vigilantes, cabia potenciá-la com a unidade com os demais setores que estão sofrendo da mesma forma com a retirada dos direitos, o que não foi feito pelas centrais, pois exercem uma política nociva de subordinar a luta dos explorados ao parlamento e às pretensões eleitorais do reformismo e do centrismo, ante a polícia correta da Ação Direta.

As demais categorias devem seguir o exemplo dos vigilantes e confiarem em suas próprias forças! Por uma frente única sindical que unifique os explorados com uma pauta única contra as Reformas do governo de ditadura civil de Temer e em defesa das condições de vida!

CEARÁ:

Ofensiva do Governo Camilo (PT): privatizações e reforma da previdência

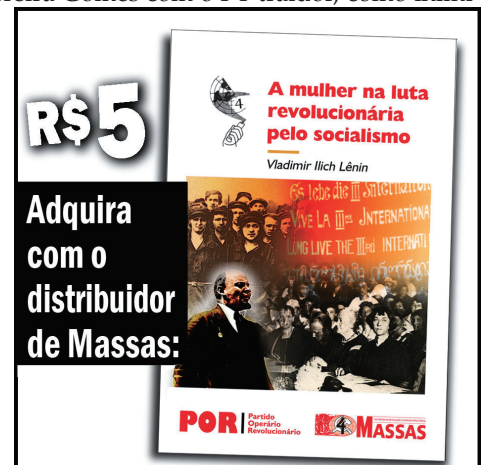
No início deste ano, Camilo Santana (PT) reafirmou sua intenção de materializar em 2018 o pacote de privatizações que tem anunciado desde o seu segundo ano de governo. A retomada do tema, em pleno ano eleitoral, tem o propósito de passar uma mensagem clara ao empresariado: as esperadas privatizações de equipamentos públicos irão ocorrer ainda em 2018 e o que não for vendido o governo se compromete a fazê-lo no início de seu próximo mandato.

Em agosto de 2016, o governador já havia lançado, numa cerimônia com empresários na FIEC, o programa de concessões e parcerias público-privadas. Os equipamentos e ativos listados para privatização incluíam: o Porto do Pecém, o novo Centro de Feiras e Eventos, a Arena Castelão, o Acquário Ceará, a Ceasa de Maracanaú, Tianguá e do Cariri, as Placas Solares, o Cinturão digital do Ceará, o Metrô e os VLTs de Fortaleza, Sobral e do Cariri. Segundo o Secretário de Planejamento, Maia Junior (licenciado do PSDB), objetivo é reforçar o quadro fiscal do estado, muito embora as contas estejam atualmente equilibradas. O governo favorece descaradamente os empresários com suas privatizações de ativos, que custaram bilhões aos cofres do estado. São investimentos pesados, principalmente na área infraestrutura e que demandaram anos de inversão de capitais, que, após se tornarem lucrativos, são repassados a consórcios de capitalistas. Após comprarem a preços subsidiados estes equipamentos, impõem taxas de serviços e aumentam tarifas sobre a população.

Diante da situação de crise, que estourou em 2015 e atingiu o estado com sensível redução dos repasses do fundo de participação dos estados e dos municípios, o governo Camilo, sustentado por uma ampla coalizão de partidos na Assem-

bleia Legislativa (AL), vem aplicando o mesmo receituário do governo golpista de Temer: cortes, arrocho salarial, privatizações e até a reforma da previdência estadual. O projeto de lei estadual da reforma da previdência chegou a ser enviado em fevereiro deste ano à AL, mas os próprios parlamentares da base do governo se recusaram a votar, em razão das eleições de outubro. O governo pretende que o servidor se aposente ganhando, no máximo, o teto do INSS (R\$ 5.331), quer elevar a contribuição previdenciária do funcionalismo de 11% para 14%, alterar regras de pensões e instituir o regime de previdência complementar para beneficiar bancos e seguradoras.

É necessário que os trabalhadores e a juventude reajam às medidas do governo que favorecem os capitalistas, sacrificam as condições de vida das massas e atacam os direitos do funcionalismo. É preciso desmascarar sem trégua esse governo de aliança dos Ferreira Gomes com o PT traidor, como inimigo dos trabalhadores! A tarefa do momento é impulsionar a resistência dos explorados, defender a unidade na luta contra as medidas do governo e construir um partido operário e revolucionário.



Ceará / PCO/Partido da Causa Operário faz campanha para privatização do ISSEC/Saúde no Ceará

Os governos do estado do Ceará (Tasso Jereissati/PSDB, Ciro Gomes/PSDB/Lúcio Alcântara/PSDB, Cid Gomes/PSB e, por último, Camilo Santana/PT), desde 1985, vinham cortando recursos financeiros com o intuito de sucatear o ISSEC/Saúde (Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará) o benefício a saúde do funcionalismo estadual. Desta forma, foi pavimentado o caminho da privatização pelos governadores anteriores até a atual gestão Camilo.

Foi anunciado pelo governo Camilo Santana e a burocracia sindical da CUT, CTB e Cia, o fim do atendimento gratuito aos servidores estaduais em dezembro do ano passado. Assim “O Novo ISSEC foi apresentado com os palavreados de consolidação, revitalização e luta pela salvação do ISSEC”, entre outras coisas absurdas, e passou a ser denominado de Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado do Ceará (FASSEC), com participação dos servidores, considerando a renda, idade e opcional pelo funcionalismo, ou seja, a privatização com os moldes de um plano de saúde privado. No entanto, sendo mais barato, devido a uma contrapartida de R\$ 120 milhões do governo do estado, como também sendo maioria no Conselho de Gestão da administração do FASSEC.

O PCO, inicialmente, se posicionou contra o FASSEC, mas, pos-

teriormente, capitulou diante da privatização do governo Camilo e, pior ainda, começou a fazer uma forte campanha nas redes sociais e nas escolas. Na audiência pública na Assembleia Legislativa, esteve na defesa do novo plano de saúde juntamente com a burocracia traidora do PT e PC do B. Os mesmos chamam de revitalização o que, no fundo, é privatização do ISSEC, ou seja, pagamento para ter acesso ao atendimento médico, exames e hospitalar pelo servidor público estadual. O militante da Causa Operária, que faz parte da direção da APEOC, não se opôs à destruição da saúde pública dos servidores em nenhum momento da audiência.

A Corrente Proletária na Educação/POR, sempre foi clara na sua posição e no combate ao desmonte e privatização do ISSEC. Defende que servidores tenham uma saúde digna, principalmente diante dos altos índices de adoecimento dos professores, tendo em vista o precário sistema educacional. No entanto, sabemos que isso ainda é o mínimo, pois a saúde pública só servirá a toda população com o FIM DA SAÚDE PRIVADA e a criação de um ÚNICO SISTEMA DE SAÚDE PARA TODOS, PÚBLICO, GRATUITO e SOB CONTROLE DOS QUE TRABALHAM NESSE SETOR.

***Estatização da rede privada de saúde!
ISEEC sob controle dos trabalhadores!***

Ceará / DEPOIS DE 7 ANOS, JUSTIÇA CONTINUA PROCESSO CONTRA PROFESSORES GREVISTAS

Na terça-feira, dia 03 de abril, os professores Ronaldo e Aivalto foram pela terceira vez intimados a depor, por depredação do patrimônio público. A acusação ocorre em função da histórica greve dos professores da rede estadual do Ceará de 2011, em que, por 62 dias, houve forte resistência contra a tentativa de destruição do plano de carreira dos docentes pelo então governador Cid Gomes. O dia 29 de setembro ficou marcado na história dos docentes como a “quinta-feira sangrenta”, quando o batalhão de choque agrediu brutalmente os docentes que tentavam entrar no plenário da Assembleia Legislativa e impedir a votação da destruição do PCCS.

A Corrente Proletária na Educação esteve presente mais uma vez no depoimento dos dois professores, somando-se à luta contra a criminalização dos movimentos sociais. Essa é a terceira vez em que a justiça faz a intimação dos dois professores na tentativa de forçá-los a aceitar a acusação de que depredaram o patrimônio público (no caso, os escudos do batalhão de choque!). A primeira vez em que isso ocorreu foi logo após a agressão, quando ainda ocupávamos a Assembleia Legislativa. Os dois professores foram

convocados, um deles ainda enfaixado com o crânio atingido, e tiveram de comparecer à justiça. A segunda vez foi em 2016, durante a greve da rede estadual. E por fim, agora também em 2018.

A linha assumida coletivamente foi a de que não aceitaremos qualquer condenação (afinal de contas, nós, professores, é que fomos vítimas) foi defendida pelos mesmos, o que fez com que o processo tivesse seguimento. Agora, os dois companheiros terão dez dias para apresentar seis testemunhas de defesa cada. Estaremos novamente presentes, convocando o professorado a fazer com que a justiça recue no seu intento de criminalizar os movimentos sociais.

Em tempos de golpe, onde a ditadura civil de Temer tenta a todo custo impor cada vez mais derrotas aos movimentos, é importante a vanguarda manter firme a defesa da integridade dos lutadores. É importante também denunciar os atores naquele massacre, o então presidente da Assembleia Legislativa, o atual prefeito de Fortaleza Roberto Claudio, de quem partiu a ordem de agressão.

Grande Recife / ATIVIDADE CULTURAL SOBRE OS 54 ANOS DO GOLPE MILITAR NO BRASIL

Foi realizado no dia 1º de abril, no Loteamento Grande Recife, a 4ª edição do “Hip-Hop no Lot!” com a temática do golpe militar de 1964. Tendo militantes do POR integrando o corpo organizativo, foi possível constatar a centralização e aplicação da democracia operária na execução do evento. O engajamento de trabalhadores residentes do bairro e a juventude foi grande, esforçaram-se em oferecer como apoio uma estrutura na praci-

nha do bairro, que já é fruto de uma ação coletiva que ocupou e revitalizou um local que antes era ponto de lixo; como também se cotizou para angariar fundos (sem perder a independência, rejeitando o apoio de politiquês) e ampla divulgação através dos panfletos e cartazes.

Mesmo com a chuva, a programação aconteceu das 15h às 21h, sendo transmitida por uma rádio comunitária do próprio bairro.

Falas classistas em defesa dos explorados e exploradas puderam ser propagadas durante o decorrer de toda a programação, que teve como tema de sua Batalha de Rimas as “Resistências”; além de Mutirão de Grafite; Sarau de Poesia Marginal e Apresentações de rap.

Na batalha, percebeu-se a dificuldade de fazer as rimas politizadas, mas é um processo que vem avançando, pois, desde as edições anteriores, a atividade começa com uma apresentação sobre os acontecimentos do momento. A organização e politização da “Batalha do Lot” tem começado a influenciar outros movimentos.

Londrina / Polícias militares nas universidades públicas

No Paraná, vem aumentando a presença oficial - autorizada pelas universidades -, das PMs nos prédios e campi das universidades estaduais. A iniciativa sempre vem da alta cúpula da burocracia universitária (reitorias), que assume de modo autocrático essas decisões, assim como a de aumentar os gastos com aquilo que eles denominam de “segurança”. O pretexto é sempre o mesmo: aumento da violência.

No entanto, os dados de violência por eles apresentados são pífios para justificar qualquer medida mais extrema, como a presença ostensiva dos policiais no campus. Contudo, e do mesmo modo que a imprensa infla artificialmente ocorrências para semear insegurança na população e dessa forma facilitar a aceitação da intervenção policial inclusive militar como no Rio de Janeiro, nas universidades, a burocracia fabrica esse clima de terror.

O que ocorre no interior das universidades, e tem provocado a reação de parte dos universitários por ser uma afronta à autonomia universitária, não passa de manifestação do mesmo processo que se registra em todo o país, o endurecimento da repressão aos movimentos políticos e sociais das massas.

A truculência com que os reitores agem no PR - do mesmo modo que na USP, por exemplo - mostra que esses encarnam de modo cada vez mais explícito o seu papel de agentes do governo e do estado burguês.

A reação dos estudantes contra a escalada repressiva tem sido muito limitada, em muitos casos, assumida por estudantes dos mo-

vimentos negros, cotistas e pobres, não por acaso, alvos preferenciais das abordagens policiais dentro e fora do campus.

Falta, no entanto, organizar um movimento político contra a presença das PMs no campus, nem tanto pela violação da autonomia universitária que isto implica, mas, principalmente, contra as tendências fascistas que se expressam por trás desse processo.

Não se trata de discutir formas mais humanizadas de “segurança”, ou, limitar-se a denunciar se os números de ocorrências justificam a repressão, ou que se trata de uma violência contra a autonomia das universidades. Há que mostrar que a função das forças repressivas é a de combater e reprimir o movimento político da juventude, e eventualmente dos sindicatos, quando estes se chocam com o governo. Estão aí os P2s que acompanharam tudo quanto é assembleia de docentes e técnicos durante as greves recentes. Há que denunciar que o alvo principal é movimento estudantil, e, da mesma forma que a ditadura militar fez no passado utilizando-se das AESIs (assessorias especiais de segurança interna), cuja missão era espionar e reprimir o movimento, volta a ser proposta a criação de órgãos especiais para “segurança” dentro das universidades.

As propostas dos que querem discutir a conveniência desta ou daquela forma de garantir a “segurança” há que opor com clareza a consigna de FORA A PM DO CAMPUS! A presença da força policial dentro das universidades é expressão da ditadura de classe da burguesia que utilizará todos os meios para combater as manifestações de revolta da juventude e das massas.

Ato contra o racismo no IFSP

27 de março, às 10 horas, realizou-se a primeira “Manifestação Antirracista” no Auditório Ivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP).

Organizado por estudantes, professores e quilombos, o ato incluiu atividades culturais (dança e leitura de contos), palestras e se abriu, no final, espaço às intervenções. A manifestação teve por objetivo condenar as declarações racistas do professor José Guilherme de Almeida, docente de Geografia, que, em 10 de março, afirmou “odiar pretos e pardos”. Segundo alunos, Almeida já fez depoimentos discriminatórios contra as mulheres e negros, sendo que alguns foram reprovados por contestarem e enfrentarem suas opiniões.

Visando a abafar o escândalo, Luis Cláudio de Matos Lima Júnior, diretor do IFSP, prometeu abrir processo administrativo para exonerar Almeida. Em nota pública, disse repudiar “*quaisquer formas de preconceito e discriminação dentro ou fora de seus muros*”. E, em reunião com os Quilombos Cabeça de Nego e Três Maras, que reúnem estudantes negros do IFSP, prometeu seu afastamento. De nada adiantou o pedido de desculpas públicas feitas por Almeida.

A atividade teve o mérito de pôr em relevo o racismo que permeia pelos poros acadêmicos. Assim como o de dar uma resposta organizada às discriminações que sofrem as camadas da juventude oprimida negra nesses espaços. Mas as respostas foram corporativas, culturalistas e pseudo-democráticas.

Está aí por que as colocações dos oradores foram desde a necessidade da “auto-organização” dos negros até a defesa da es-

tética dos cabelos afros como um “ato político”. Os professores palestrantes caracterizaram o racismo como “ódio ao diferente”. Discursaram sobre a oposição entre “institucionalização” de um “pensamento racional” e uma “nova epistemologia”, que se centra nas explicações históricas sobre as “especificidades” dos negros. Não faltou também a defesa velada do reformismo petista, quando se afirmou que a Constituição de 1988 era uma “*porta aberta para avançar às mudanças*”, que foram realizadas a partir de 2004.

Como se vê, o ato não superou as ilusões democráticas na possibilidade de acabar com as discriminações realizando mudanças culturais, avançando à educação ou punição das manifestações mais brutais da discriminação racial. Essa concepção não passa, porém, de uma fuga abstrata e idealizada de um problema que firma suas raízes históricas nos modos e relações de produção dominantes e que, portanto, precisa ser solucionada com métodos revolucionários.

Ocorre que o racismo é uma categoria econômica, como assinalou Marx. Não se trata de uma construção cultural ou epistemológica por cima e separada da base econômica da sociedade. Ao contrário: é seu reflexo ideológico e está condicionado, atualmente, pelo desenvolvimento do capitalismo em sua fase de desagregação e decomposição (imperialista).

O avanço das discriminações expressa a impossibilidade de o capitalismo acabar com o odioso racismo e de garantir os direitos (políticos, civis e democráticos) das massas negras oprimidas. A

burguesia precisa manter os lucros monopolistas e o parasitismo financeiro à custa de avançar violentamente os ataques contra as mais elementares condições de vida das massas. O desmonte das reformas e conquistas sociais que alavancaram a inserção de uma camada dos negros nas universidades e em diversas áreas do trabalho social é uma expressão desse fenômeno.

Situação essa que, hoje, ganha proporções maiores com o avanço das tendências autoritárias e ditatoriais da burguesia. Não por acaso, o golpe de Estado que derrubou Dilma e instaurou uma ditadura civil tem servido para que toda espécie de larápios e setores reacionários da classe média alavanquem o racismo, manifestação particular da opressão de classe que atravessa todas as relações sociais. Desses setores provêm muitos professores, que

acabam manifestando esses condicionamentos ideológicos na forma de discriminações e perseguições.

Enfrentar o racismo e cortá-lo pela raiz significa destruir as bases materiais e os cimentos políticos que mantêm em pé o regime burguês e alavancam a chaga social da discriminação racial, que começará deixar de existir quando a maioria nacional oprimida (negros e brancos) exproprie revolucionariamente os grandes meios de produção e os transformem em propriedade social.

Somente o proletariado pode realizar essa tarefa, constituindo-se em classe independente. Ou seja, organizado em partido marxista-leninista-trotskista. É na base dessa caracterização e posição de princípios que o POR participou no ato com um Manifesto, que divulgamos na sequência.

Manifesto Distribuído na “Manifestação Antirracista” da IFSP

O fim do racismo virá com o fim da sociedade de classes

1. A presença massiva dos negros no Brasil é consequência da colonização e do modo de produção pré-capitalista, baseado no trabalho escravo. A dominação colonialista sobre a África permitiu à burguesia branca escravizar e traficar os negros e transformá-los em força de trabalho escravo ao serviço dos lucros monopolistas e do comércio mundial. É nessas condições históricas que a opressão sobre o negro expressou a opressão nacional e de classe.
2. No processo histórico de constituição do capitalismo, os negros passaram de escravos a proletários, chegando até os nossos dias como os mais explorados e oprimidos. No entanto, junto com os explorados brancos, os negros constituem por outra parte a maioria nacional oprimida que deverá romper com as cadeias da exploração e destruir o regime burguês que os oprime e escraviza, submetendo-os à brutal miséria e pobreza estrutural.
3. A opressão racial tem por cimentos econômicos e sociais à propriedade privada dos meios de produção e as relações sociais de produção baseadas na brutal exploração da força de trabalho. Eis por que o racismo está condicionado pela estrutura da sociedade dividida em classes sociais antagônicas. Se partirmos dessa concepção poderemos compreender as determinações sociais, assim como as formas políticas e ideológicas do racismo.
4. A burguesia se viu na contingência de reconhecer formalmente que a ideologia racial era insustentável. Os negros formam a maioria da população. Uma parcela deve ser incorporada ao mercado consumidor. É imprescindível para a sobrevivência do capitalismo que se amplie ao máximo a participação dos negros na classe média. De maneira que a velha doutrina racial há algum tempo foi reconhecida como ultrapassada diante da ascensão social, ainda que vagarosa e ultralimitada, de negros de classe média. Porém, não faltaram disfarces, como o da democracia racial e da igualdade de raças, para ocultar a real situação da maioria.
5. Importantes progressos se fizeram com a crítica e rejeição à doutrina racial edificada pela burguesia colonialista. Chegamos ao ponto de o Estado admitir a criminalização dos atos individuais de racismo. Criou-se a Secretaria de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial, como força de ministério. A política burguesa se tornou permeável a teses como as das “ações afirmativas” e “reparações históricas”. O Congresso Nacional aprovou a lei das cotas para os negros. A burguesia consentiu, inclusive, que houvesse o “Dia da Consciência Negra”. Entretanto, enquanto não servir de canal para a luta de classes, será motivo para todo tipo de demagogia sobre a democracia plurirracial e direitos humanos.
6. Entre a crítica progressista da academia e as medidas reformistas do Estado burguês há uma grande distância. Evidentemente, uma pequena camada de negros da classe média serviu de experiência para tal política integracionista, acobertando a permanência da imensa massa negra que continua a viver miseravelmente. Nesse sentido, o “movimento negro” organizado em torno das “ações afirmativas” não se importou com tamanha limitação e com a situação humilhante dos cotistas. Julgava que uma vez dado o primeiro passo se daria o segundo, o terceiro. Constatou-se também que as cotas sequer foram universalmente aplicadas.
7. A política burguesa “antirracial”, que, com muito custo, chegou ao reconhecimento que os negros foram seviçados e vilipendiados pelos escravocratas e que é justa a reivindicação de “reparação histórica”, não passa de uma grande impostura. O racismo continua aceso em toda parte. O salto do engenho para a grande indústria não mudou em nada os fundamentos de classe da opressão sobre os negros. Os explorados, portanto, estão diante do embuste de uma suposta “ideologia antirracial”, de igualdade entre todos os serem humanos e que a educação e a criminalização irão aparando as arestas do hediondo racismo.
8. O espetáculo da imprensa serve à grande farsa quando se mostra indignada diante de um imbecil racista que é pego em flagrante pela justiça fazendo ofensas, que irá aplicar um corretivo e que será apresentado como exemplo à nação de que já não se toleram tais atos individuais. No dia seguinte, centenas de atitudes e ocorrências discriminatórias contra os negros continuam a proliferar. Os promotores da igualdade racial no capitalismo voltam a reclamar da impunidade e da falta de uma política educacional que ensine que negros e brancos são humanos, diferenciando-se apenas na cor da pele de acordo com os desígnios da natureza. O verniz da humanização capitalista não tem, porém, como ocultar a profunda miséria e pobreza da maioria negra e, com elas, o dia a dia da discriminação.
9. Como se vê, a montanha de atitudes racistas que se levantam diariamente nas ruas, escolas, restaurantes, trabalho, lazer, etc. emerge da opressão econômica, de classe, que torna as massas negras ao mesmo tempo iguais e distintas em relação às

massas brancas exploradas, pobres e miseráveis. Não se deve procurar, portanto, na ideologia racial a causa da discriminação. Não há solução ideológica para o racismo, embora seja preciso combatê-lo com todo vigor. A história do racismo no Brasil mostra perfeitamente como a burguesia e seu Estado escravocrata-capitalista pode muito bem adaptar e disfarçar sua visão sobre os negros. Mas não podem admitir que se toque na raiz social do racismo, que estão nas bases econômicas dominadas pela propriedade privada dos meios de produção.

10. O golpe de Estado que depôs o governo eleito de Dilma e impôs uma ditadura civil teve por objetivo impor violenta e autoritariamente as reformas antinacionais e antipopulares que atacam brutalmente a vida dos explorados. O capitalismo precisa projetar a opressão de classe até suas últimas consequências visando sustentar o parasitismo financeiro e os lucros monopolistas. De forma que a regressão violenta às conquistas e direitos tão somente é um reflexo do avanço das tendências reacionárias ditatoriais da burguesia, que emergiram da crise econômica e política.
11. Está aí finalista a explicação de por que o capitalismo em desagregação não mais pode sustentar a máscara hipócrita de “igualdade racial”. O avanço à discriminação racial nas universidades e institutos federais é uma manifestação particular dessa viragem reacionária da política burguesa e dos ataques desfechados em toda a linha contra as condições de vida dos explorados. Isso explica porque a burguesia precisa avançar ao desmonte das reformas e à destruição dos poucos passos que foram dados na inclusão racial, na política de cotas, etc. A existência de uma camada do professorado e da burocracia universitária que assume as posições ideológicas da burguesia serve de base social ao revigoramento da odiosa discriminação racial que acoberta as reais determinações econômicas da opressão de classe.

12. Do que temos dito se desprende que, quanto mais clara for à estratégia revolucionária do combate às discriminações, mais se potencializará a defesa das reivindicações parciais e imediatas. Quanto mais as massas negras oprimidas tiverem a consciência de que o racismo é uma das manifestações da opressão de classe, mais, portanto, procurarão fortalecer o movimento geral dos explorados contra o capitalismo. E quanto mais às reivindicações fundamentais se chocarem com os interesses da burguesia, mais fica claro que as conquistas serão arrancadas e conservadas por meio da luta de classes. O contrário também é verdadeiro. Quanto maior a ilusão de que é possível encontrar a igualdade no capitalismo, mais se dissimulará o racismo e sua perpetuação.
13. Há um longo caminho a percorrer em busca da unidade de negros e brancos explorados. Temos de organizar o movimento negro como parte indissolúvel da classe operária. É a partir do proletariado e com seu programa da emancipação que se pode enfrentar a burguesia e seu governo. Nossa luta não é para proteger uma minoria negra contra a barbárie, mas sim proteger todos os pobres e miseráveis. A estratégia que leva à luta consequente contra o racismo é a do governo operário e camponês, portanto, da revolução proletária.
14. Não se pode lutar consequentemente contra a opressão sobre os negros, sem que se tenha por fundamento e objetivo histórico de destruição da sociedade de classes. Somente o proletariado tem como defender as reivindicações das massas negras e combater o racismo burguês. Os explorados negros que estejam em luta contra o racismo e que elevam a sua consciência de classe têm o dever de trabalhar por organizar aos negros como um destacamento avançado das massas e pela construção do partido revolucionário. É com esse instrumento que se viabilizará o programa de emancipação das massas negras da opressão.

Curso de Formação Política Permanente do POR na USP: A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado

O POR retomou em março deste ano o seu curso de formação política mensal, iniciado em março de 2017, com o estudo do Manifesto Comunista e sobre a Revolução Russa (homenagem aos 100 anos). Nesse mês, ocorreram as manifestações acerca do dia internacional da mulher, data que nos remete ao massacre das operárias de Nova York (EUA), em 1857, que lutavam por redução da jornada de trabalho e o direito à licença-maternidade.

As mulheres ainda sofrem com a jornada de trabalho (que é dobrada com as tarefas domésticas). O direito à licença maternidade é ameaçado com a reforma trabalhista, que extingue as leis trabalhistas, ou, na prática, não existe quando as mulheres sabem que, ao engravidar, correm o risco de perder.

O maior índice de demissão após a crise capitalista de 2008 foi de mulheres, onde pesam as obrigações da maternidade. Sofrem com a violência doméstica, dependência financeira nas famílias, falta de creche, salários menores.

A opressão à mulher é parte da opressão de classe capitalista. A opressão da mulher não surge com o capitalismo, está presente nas sociedades anteriores, apesar de se ter modificado ao longo do desenvolvimento das sociedades.

O capitalismo possibilitou à mulher ser inserida no proces-

so de produção, enquanto, na fase de desenvolvimento inicial da humanidade, a mulher foi excluída. No modo de produção assentado na exploração do trabalho assalariado, a mulher sofre com as contradições que só serão resolvidas com a expropriação dos meios de produção, com a Revolução Proletária.

O POR escolheu iniciar na USP o estudo do livro “A Origem da família, da propriedade privada e do Estado”, de Engels, por conta da necessidade de resgatar no movimento estudantil e de mulheres as teses marxistas, atualmente negadas e substituídas pelas pseudo teorias culturalistas de gênero, que apresentam a opressão sobre a mulher como não de classe.

O livro resgata o estudo feito por Lewis Henry Morgan, cientista americano e historiador da sociedade primitiva, que foi, por muitos anos, omitido pela burguesia, por conter uma análise materialista histórica da evolução do homem, como parte da natureza.

Nessa primeira parte do curso, abordamos o período pré-histórico (capítulo I – períodos selvagem e de barbárie) e, em abril, continuaremos com o capítulo II, A Família, onde é iniciada a primeira forma de opressão de classe, a da mulher pelo homem.

O encontro será no dia 11/04, às 19h, no prédio de Letras.

Formação política em Franco da Rocha

Sob o título “Sindicatos e luta política”, começou o curso de formação em Franco da Rocha, organizado pela Corrente Proletária na Educação-POR. Os encontros de 24 de fevereiro e 24 de março reuniram contatos e simpatizantes de diferentes setores. Notamos que há uma vanguarda que procura romper com a apatia política, superar o corporativismo sindical e, instintivamente, responder aos problemas colocados pelas lutas e greves.

Está aí por que decidimos facilitar a assimilação dos conceitos marxistas, partindo da experiência e prática concretas. Ao apresentar em cada encontro trechos dos clássicos do marxismo, procuramos ligá-los a um fato da situação política que exemplifique as leis da luta de classes. Esse método permite chegar a uma compressão comum dos problemas políticos e táticos colocados. E assimilar que a luta de classes nasce e se desenvolve no seio das lutas reivindicativas.

Apesar de contar com uma estrutura geral do curso, cada tema é escolhido coletivamente no final de cada atividade. Aí são colocados tanto os aspectos de interesse dos simpatizantes, quanto um fato destacado da realidade que servirá para desenvolver as formulações marxistas.

Em 24 de fevereiro, começamos com noções gerais sobre a *Frente Única Sindical*. Essa bandeira constava como palavra

de ordem na situação em que se colocava a unificação das lutas para enfrentar e derrotar os ataques da ditadura civil de Temer. A necessidade de avaliar a Jornada de Lutas de 19 de fevereiro obrigou a constatar a traição das direções sindicais que desmontaram as lutas e se negaram a unificar as forças para impor uma derrota ao governo.

Em 24 de março, debatemos sobre a relação entre *luta econômica e luta política*. Tomamos como principal referência a greve dos trabalhadores municipais contra o SAMPAPREV (reforma da previdência municipal de São Paulo). Na discussão, foi colocada a relação existente entre a luta pela retirada do projeto da Câmara (luta econômica ou reivindicativa) e a necessidade de avançar nos métodos de ação direta de massas, para derrotar a burguesia e alcançar a independência política dos explorados diante dos métodos e instituições dos exploradores (luta política).

Sem dúvida, o trabalho de formação e elevação política é uma obra coletiva. E constitui o cimento da coesão programática. Devemos persistir nesse caminho e ajudar os militantes que se destacam pela sua combatividade, perseverança e dedicação a se constituírem em parte integrante e consciente do processo histórico de construção do partido revolucionário.

LANÇAMENTO DO FOLHETO DE AUGUST BEBEL NO LITORAL NORTE DE SP

A Corrente Proletária na Educação/POR realizou o lançamento do folheto “O marxismo e as primeiras formulações sobre a Mulher” de August Bebel, na Subsede da APEOESP em Caraguatatuba, no dia 11/03. Como parte do curso de formação política da corrente, contou com presença de simpatizantes e contatos. Além do lançamento, também se discutiu na segunda parte do estudo o desemprego dos professores “Categoria O”, que tem afetado, sobretudo, as professoras mães.

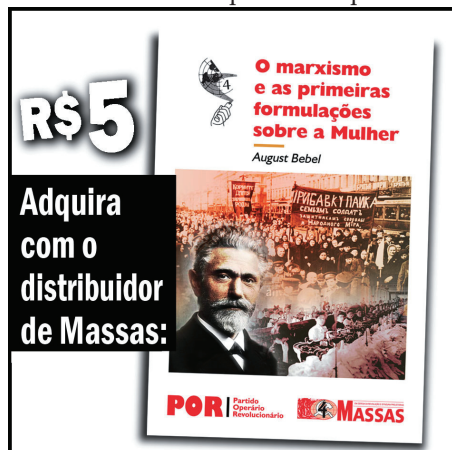
Depois da explicação de como seria o curso, foi feita uma exposição geral sobre quem foi August Bebel, a importância de sua obra e os pontos deste folheto. Um operário de origem e militante da social democracia alemã no séc. XIX, contribuiu principalmente com os fundamentos da teoria marxista sobre opressão da mulher e as condições de sua emancipação. Falou-se ainda sobre a importância que este livro tem para a emancipação da mulher e

fundamentalmente na primeira revolução proletária vitoriosa da história: a Revolução Russa de Outubro. A essência de sua obra está em que demonstra que a solução do problema da opressão sobre a mulher é somente uma face

da questão social geral, portanto, não poderá haver libertação da humanidade sem independência social e igualdade entre os sexos. O que assinala que a opressão sobre a mulher é uma manifestação da opressão de classe e que, portanto, é parte indissolúvel da luta pelo socialismo.

Além dos vários elementos levantados no plenário sobre o texto e a questão da mulher, duas delas chamaram a atenção: “*acabar com a família burguesa não quer dizer acabar com a relação afetiva entre os sexos*”; e “*as reivindicações particulares não desaparecerão no programa operário*”. A primeira foi respondida pelo plenário que acabar com a família burguesa dita no texto diz respeito enquanto célula econômica, ao demonstrar que as condições materiais e técnicas desenvolvidas no seio das forças produtivas permitem transformar toda esta economia privada familiar em uma função de carácter social e em uma organização realizada coletivamente. E, quanto à outra, foi explicado que, na verdade, as reivindicações das mulheres proletárias não serão excluídas, mas sim incorporadas e vinculadas à luta do proletariado por suas reivindicações comuns e o seu objetivo histórico: a constituição do socialismo. A luta pelo socialismo inclui a luta contra a opressão, exploração e miséria, para trazer à tona o bem-estar psíquico e mental dos indivíduos e da sociedade como um todo.

As ideias e as reivindicações da luta pela emancipação da mulher expostas neste folheto são parte do programa do POR e da Corrente Proletária como base dos fundamentos da luta pela edificação da sociedade sem classes, o socialismo, e a da revolução proletária mundial.



Nesta edição:

- **Bolivia:** Burocratas da COB atacam o valoroso lutador Prof. José L. Álvarez.
- **Argentina:** A luta em defesa dos empregos e do salário é Vital.
- **Itália:** Agrava-se a crise política.
- **França:** A força do operariado organizado é a via para derrotar a burguesia.
- **História do partido bolchevique**
Capítulo 4: 1917, a revolução proletária - 1ª parte - As tarefas do proletariado na atual revolução (Teses de Abril).

Artigos das Seções

Comitê de Enlace

pela Reconstrução

da IV Internacional



Brasil diante da guerra comercial

A decisão dos Estados Unidos de taxarem o aço e o alumínio atinge frontalmente o Brasil. Trata-se de uma medida imposta unilateralmente pela maior potência imperialista. Diante do ultimato, os capitalistas brasileiros pediram que Temer intercedesse, mostrando as vantagens comerciais dos Estados Unidos.

O déficit brasileiro na balança comercial seria a prova de que o Brasil não tem nenhuma responsabilidade diante do rombo das transações norte-americanas. Além disso, as exportações brasileiras de aço e alumínio não interferem na produção interna dos Estados Unidos, uma vez que se trata de produtos semiacabados, portanto, não concorrentes, mas complementares à indústria norte-americana. Há, ainda, um argumento a mais em favor do Brasil: é um dos grandes importadores de carvão dos Estados Unidos, muito utilizado na produção do aço. Nota-se que as vantagens dos norte-americanos são relevantes.

Por que, então, Trump incluiu o aço e o alumínio brasileiros? Porque se trata de uma política geral. A potência necessita conter o seu declínio. A guerra comercial é parte das leis econômicas. Como consequência, expressa a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção. Agrava-se nas condições de superprodução e de diminuição da taxa média de lucro. Não por acaso, a medida protecionista de Trump pôs em discussão o excedente de 750 milhões de toneladas de aço. Segundo os cálculos, a China seria responsável por 400 milhões, portanto, mais da metade da sobreoferta no mercado mundial. A sobretaxa determinada por Trump é geral, mas objetiva atingir, principalmente, os chineses.

Passado o primeiro momento de indignação, a Casa Branca anunciou que, até 1º de maio, o Brasil - ao lado da Argentina, Austrália, União Europeia e Coreia do Sul - estaria suspenso da decisão. Restou como alvo apenas a China. Wilbur Ross, secretário de Comércio dos Estados Unidos, porém, alertou que as "negociações", a partir dessa data, terão de resultar em contrapartida. Alguns sinais deverão ser emitidos pelo Brasil, em conformidade ao ditame do imperialismo. Um exemplo citado - o Brasil poderia aumentar a importação de etanol de milho dos Estados Unidos. Assim, ajudaria os capitalistas do setor a amenizar a superprodução.

É bom observar o que diz a resolução que suspende a aplicação da sobretaxa. Lembra que os brasileiros sempre se alinharam aos norte-americanos no Foro Global de Aço em torno às discussões sobre o excesso de produção. Reconhece que não apenas é um dos maiores importadores de carvão, mas também um investi-

dor interno aos Estados Unidos na indústria do setor (detém cerca de 14% do aço produzido, portanto, configura-se como um considerável investidor e criador de emprego). Tem em conta que o Brasil importa nada mais, nada menos, que um bilhão de dólares em carvão siderúrgico. Essas considerações indicam que não é um forte concorrente.

Os empresários brasileiros e o ministério das Relações Exteriores, por sua vez, já haviam repisado tal argumento defensivo. Mas há uma formulação que ficou perdida em meio às argumentações diplomáticas. O governo americano citou a cooperação do Brasil no que diz respeito à Defesa na América Latina. Certamente, farão parte das conversações os interesses do imperialismo sobre a indústria armamentista. É bom recordar a recente investida do capital norte-americano para se apropriar da Embraer. O seu controle acionário poderá passar para a Boeing, a depender da disposição do governo Temer.

O decreto de Trump, adiando a aplicação das tarifas de 25% e 10%, foi recebido com alívio pelos empresários e pelo governo brasileiro. Mas sabem que a armadilha não foi desarmada. Somente saberemos precisamente quais exigências serão ditadas ao Brasil a partir de maio. Os brasileiros devem esperar o pior. Há muitas transações que se fazem nos bastidores. É preciso exigir o fim de qualquer sigilo.

A barreira de sessenta bilhões de dólares às importações da China, determinada pelos Estados Unidos, é um passo concreto no recrudescimento da guerra comercial. Há quem estima que será bom para o Brasil, uma vez que os chineses poderão aumentar as transações com o País. Mas a esperança morrerá diante do que Trump pleitear. Se a guerra comercial for levada a ferro e fogo, o Brasil terá de sacrificar seus interesses estabelecidos com a China, se alinhando à política norte-americana. Esse sinal já foi dado, quando se aventou o problema da "triangulação com a China". Os capitalistas brasileiros alegam que 14 dias de produção de aço dos chineses equivale a um ano de produção brasileira. Se esse dado pesar decisivamente, a China será responsabilizada não somente pelos Estados Unidos, mas por todos os produtores dessa matéria-prima de ser a vilã da superprodução mundial.

A bandeira de Trump de segurança nacional dos Estados Unidos contra os estrangeiros que "sitiam suas indústrias", certamente, está dirigida à China. Mas é por meio desse alvo asiático que o imperialismo age no sentido de alinhar a UEE e os demais expor-

tadores de aço e alumínio. No caso do México e Canadá, Trump exige rever o Nafta. Está mais ou menos claro que, por meio da produção e comercialização do aço, os Estados Unidos traçaram uma ofensiva para impor seus interesses, em detrimento das demais economias.

A barreira de sessenta bilhões de dólares à China, pelo visto, não abalará as relações entre os dois países, uma vez que equivale a apenas cerca de 10% da transação comercial. Os chineses retrucarão com alguma medida sobre produtos agroindustriais dos Estados Unidos. Não faltam dados que mostram a enorme dependência das multinacionais norte-americanas ao mercado chinês. Metade dos jatos produzidos pela Boeing é destinada à China. O mercado chinês de carros salvou a General Motors. Está, de qualquer forma, lançada a guerra comercial.

O cerco do imperialismo norte-americano depende de um alinhamento das principais economias. No caso, o Brasil tem importância para a política de “defesa nacional” de Trump. Tudo indi-

ca que se procura acomodar os interesses imediatos da potência, impondo certas restrições ao avanço mundial da China. Mas não será possível frear a guerra comercial, desencadeada pelo governo Trump. A crise aberta em 2008 faz pouco que se arrefeceu, com a retomada do crescimento mundial. Mas não indica que abriu um período de impulso das forças produtivas, que se acham comprimidas pela crise de superprodução, não resolvida.

A classe operária mundial deve se colocar contra qualquer medida do imperialismo, que, inevitavelmente, recaia sobre as nações oprimidas. É visível que o governo brasileiro e os capitalistas do aço procuram se adaptar à guerra comercial dirigida pelos Estados Unidos. A classe operária é a única força social capaz de enfrentar a ofensiva do imperialismo, com seu programa anti-imperialista e socialista de expropriação revolucionária do grande capital. Desde já, denunciamos a capitulação da ditadura civil de Temer, que foi ao encontro dos interesses monopolistas dos Estados Unidos.

Bolívia

Burocratas governistas da COB atacam o valoroso lutador Prof. José Luis Álvarez

Unidade e mobilização em defesa de nossas organizações e direitos sindicais!

No Ampliado da COB, realizado no dia 14 de março, em Potosí, os burocratas cobistas apresentaram e aprovaram uma resolução censurando e condenando as “ações paralelistas” de José Luis Álvarez, por este encabeçar a luta da Coordenação Nacional contra o maldito Código Penal.

Exigem que o próximo Congresso Nacional do Magistério, que se realizará em abril, em Camiri, ratifique a sanção imposta ao professor Álvarez, sem um devido processo, com documentos fotocopiados, sem direito à apelação, por defender a carreira do Magistério. Trata-se, na verdade, de um PROCESSO POLÍTICO para impedir que José Luiz Álvarez seja candidato à direção da Confederação.

Álvarez, em sua defesa, recorreu ao Tribunal Constitucional de Sucre, que emitiu uma sentença de CUMPRIMENTO OBRIGATORIO, restituindo todos os seus direitos como cidadão boliviano. Os burocratas cobistas, agora, ordenam que todos os Conselhos de Disciplina Nacional, Comissão de Poderes, Presidium, etc., que habilitaram José Luiz Álvarez em seus direitos sindicais, devem ser remetidos ao Tribunal de Ética da COB masista, por prevaricação!

A defesa de José Luis Álvarez é a defesa da democracia sindical, liberdade de pensamento, direito de divergência e pluralismo sindical. O Ministro da Educação condiciona as negociações com a Confederação à condição que os servos do governo expulsem os trotskistas da futura Confederação.

A COB GOVERNISTA se transformou em BRAÇO REPRESSOR DO GOVERNO

Aumentam e continuam as expulsões, perseguições, divisão e reconhecimento por parte do Ministério do Trabalho de organizações paralelas artificiais criadas pelo MAS.

Expulsam dirigentes fabris em nível nacional e departamental por defenderem seus postos de trabalho e condenarem o governo pelo fechamento da ENATEX; em suma, por defenderem os objetivos revolucionários dos trabalhadores.

Intervieram e tomaram a ADEPCOCA (mercado e oficinas dos cocaleiros de Yungas), como represália aos cocaleiros de Yungas, que desmascararam o MAS.

Continuam no cárcere de San Pedro os companheiros de Acha-cachi, que exigiram do prefeito masista prestação de contas.

Criaram uma COD – LP paralelo tendo como dirigente Hugo Tores, masista expulso de forma humilhante pela ex-COB e de seu próprio setor fabril.

Por que os burocratas governistas da COB estão obrigados a reprimir?

Porque há uma rebelião e desconhecimento das bases contra

a impostura do “processo de mudança”, que somente trouxe demissões em massa, salários de fome, aposentadorias com valores miseráveis, a paralisação do aparato produtivo e a corrupção generalizada do governo.

A cada dia que passa, a luta entre os explorados e exploradores se agudiza. Os primeiros em defesa da independência sindical frente ao governo de plantão, requisito indispensável para defender as conquistas sociais de todos os filiados ao sindicato. O governo, por sua vez, aumenta seu propósito de estatizar os sindicatos via repressão e autoritarismo ditatorial. A repressão não é expressão de um governo forte, mas sim expressão do DESESPERO governamental diante da incapacidade de satisfazer as demandas mínimas dos trabalhadores de base.

**COM O POR, AO SOCIALISMO!
PELO FIM DA BARBÁRIE MASISTA!**

(Extraído do Jornal Masas 2.531,
periódico do Partido Obrero Revolucionário da Bolívia)

Argentina

A luta em defesa dos empregos e do salário é Vital

Devemos recuperar o que perdemos e impedir que continuemos perdendo o poder de compra do salário. As enormes mobilizações e lutas devem ser direcionadas para uma greve nacional ativa. A burocracia sindical traiu novamente, pactuando com governo e os patrões as demissões massivas e renunciando às negociações coletivas. .

As mobilizações dos trabalhadores da educação, realizadas em 21 de fevereiro passado, a luta dos mineiros de Rio Turbio, dos Canavieiros do Nordeste, dos trabalhadores do INTI, do hospital Posadas, a massiva marcha das mulheres em 8 de março e de tantos outros setores em luta exige unificar as reivindicações, paralisar e mobilizar todos juntos, para golpear com um só punho.

A raiva contra as demissões, contra os tarifas e contra a carestia necessita manifestar-se. Já sabemos que a maioria da burocracia se vendeu ao governo Macri, como antes havia se vendido a outros governos. O governo tenta ganhar tempo, dividir o movimento operário, para evitar uma greve geral, tratando de impor um freio às negociações coletivas, ainda que seja por 6 meses. Tenta desgastar e desmobilizar. Outros setores da burocracia e da política posam como combativos, porém, olhando para as eleições de 2019, buscando a reunificação da oposição anti-Macri, o que serve de desvio das lutas.

Grande parte da burocracia montará uma CGT à medida do governo, que lhe garanta, dentre outras coisas, limitar em 15% a reposição salarial nas negociações coletivas. Como já vimos, esses acordos têm vida curta. É um acordo por cima, sem apoio dos trabalhadores, que sabem que a inflação superará os 20% e não reporá o que se perdeu.

O movimento procura abrir caminho, apesar de todos os bloqueios. Nas jornadas de dezembro, não houve greve geral, mas tiveram suficiente força para obrigar o governo a recolocar seus objetivos. Este acreditava que a vitória eleitoral de outubro lhe permitiria ir com maior velocidade contra os trabalhadores.

Agora os eixos da resistência passam por:

- impedir as demissões e o fechamento das empresas; acabar com o flagelo do desemprego que ameaça todos os trabalhadores. Todo trabalho deve ser dividido entre os trabalhadores sem afetar o salário;
- a defesa do salário, para recuperar o que se perdeu perante a inflação e para impedir os acordos fixos sem reajuste. A inflação não ficará abaixo dos 20% e será pior para os setores com menores salários, porque os preços castigam mais em alimentação, remédios e serviços. Devemos unificar todas



É necessário que a ação das massas não se detenha diante dos obstáculos, que elas não se distraiam, nem se desviem, que passem por cima deles. Nesse caminho, devemos ir construindo uma nova direção, que confie exclusivamente na organização e na ação direta das massas, que não tenha um grama de confiança na política burguesa e nas supostas revanches eleitorais.

as lutas na reivindicação de um salário mínimo igual ao custo de vida (que em Buenos Aires o governo já calcula em 27.700 pesos). Onde for possível, devemos impulsionar assembleias para debater as negociações coletivas e escolher os delegados que defendam o salário e as condições de trabalho.

O governo dos latifundiários, dos agroexportadores, dos banqueiros e das multinacionais está empenhado em reduzir o salário real, flexibilizar as condições de trabalho, manter aberto o ingresso de mercadorias de todo tipo, em que pese a crescente onda de protecionismo no mundo. O governo está empenhado em continuar endividando o país a qualquer custo, para cobrir todos os seus déficits, agravando-os ainda mais. Uma política que agudiza a luta de classes, que levará inevitavelmente a uma explosão.

Mas não cairá sozinho. É necessário que a ação das massas não se detenha diante dos obstáculos, que elas não se distraiam, nem se desviem, que passem por cima deles. Nesse caminho, devemos ir construindo uma nova direção, que confie exclusivamente na organização e na ação direta das massas, que não tenha um grama de confiança na política burguesa e nas supostas revanches eleitorais.

No próximo dia 24 de março, está posta uma grande manifestação pelos 42 anos do golpe genocida. Tem especial importância, devido à tendência cada vez mais repressiva e autoritária de um governo que expressa a parte civil daquela ditadura cívico-militar. Que não duvida em reprimir brutalmente a luta Mapuche, em prender e expulsar Jones Huala para o Chile, em ameaçar os mineiros de Rio Turbio com a polícia, retirar a representação dos delegados do metrô, em infiltrar-se nas mobilizações e reprimi-las como na ditadura, etc.

É necessário organizar e preparar a luta desde as bases. Não esperar nada da burocracia, que se disfarça de opositora. Levantemos as reivindicações que centralizem as demandas sociais e nacionais, sob a direção política da classe operária, a única que pode liderar consequentemente o levante de todos os oprimidos para acabar com esse governo colonial.

(Extraído do Jornal Massas, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina, nº 337, março de 2018)

Realizadas as eleições legislativas na Itália:

Agrava-se o quadro da crise política

Em 4 de março, realizaram-se as eleições legislativas na Itália. 75% dos aptos a votar atenderam o chamado. O Movimento 5 Estrelas (M5E) obteve 32% dos votos. A ultradireitista Liga do Norte (LN) 18%, superando a direitista Força Itália (FI), do ex-primeiro-ministro Silvio Berlusconi, com 14%. O partido Democrata (PD), atual partido de governo, obteve 22%.

Os resultados eleitorais mostraram que o PD perdeu grande parte de seus eleitores para o M5E e demais direitistas, que, de conjunto, abarcaram mais de 64% dos votos. Entretanto, nenhum desses partidos alcançou 40% dos votos necessários para formar

democratas e os direitistas que desfecharam a brutal ofensiva contra as massas durante décadas. Por outro lado, setores da classe média e da aristocracia operária corrompida culpam esses mesmos governos por não imporem “medidas mais duras” contra a imigração. Responsabilizam-no pelo déficit público e ajustes nos serviços públicos. Isso explica por que as campanhas foram marcadas pelos confrontos de ruas e pelos ataques chauvinistas contra imigrantes ou pelas mobilizações em sua defesa.

O fundamental da situação, porém, está na ausência da classe operária organizada como classe independente. Em 2013, quando o governo Monti (PD) desfechou um brutal ataque contra a vida das massas, o país foi tomado por uma onda grevista. Generalizou-se a resistência dos explorados contra as medidas antioperárias e antipopulares. Mas, a ausência de uma direção revolucionária impediu que se projetassem, sob um programa e reivindicações próprios.

Nas condições de desagregação capitalista, o oportunismo eleitoreiro ou bem representa o avanço da reação burguesa; ou bem uma fase necessária na experiência das massas para romperem com as ilusões democráticas e se encaminharem pela via da revolução proletária.

um governo próprio. Abre-se um período de negociações, objetivando formar a base parlamentar do futuro governo. Qualquer que seja o rumo das negociações, tudo indica que se agravará o quadro da crise política.

Na base desse processo, acha-se a brutal crise econômica, que potencia as convulsões sociais. O desemprego atingiu 13% (ultrapassa 34% entre juventude), cresceram o subemprego e a terceirização, os investimentos despencaram, avança a desindustrialização e a maciça imigração desde a África do Norte tem exigido uma crescente massa de recursos orçamentários, resultando em um fator político que agrava os choques sociais internos.

É nessas condições que ocorreu a ascensão eleitoral de “reformistas” e direitistas. Não passou despercebido aos explorados que foram as diversas coligações parlamentares dominadas pelos

A possibilidade do oportunista M5E ter chances de constituir um governo assombra setores da burguesia. Mas, não se trata de um partido inexperiente. Governa 45 prefeituras, incluindo a de Roma. Conta ainda com 15 deputados no Parlamento Europeu, 92 deputados e 1.700 vereadores em todo o país. O essencial, porém, está que o Movimento 5 Estrelas tem por parte de sua base eleitoral os reformistas e direitistas “indignados” com a “velha casta política”. Não por acaso, parte considerável de seu eleitorado provém de camadas reacionárias e chauvinistas, que romperam com a LN e FI. Ao se conformar como uma “rede” de figuras políticas sem quaisquer bases programáticas comuns, o M5E esteve obrigado, desde seu nascedouro, a oscilar entre o reformismo e o social-chauvinismo. Refletindo, desse modo, a heterogênea base social e os interesses de cada circunscrição eleitoral. De forma que sua projeção nacional atual não indicou um ascenso das massas, nem refletiu uma virada dessas à esquerda no campo eleitoral.

Está aí por que sua integração nos quadros do regime político vigente acabará fortalecendo as tendências reacionárias da burguesia. A experiência do Syriza, na Grécia, demonstra essa lei da política burguesa. Nas condições de desagregação capitalista, o oportunismo eleitoreiro ou bem representa o avanço da reação burguesa; ou bem uma fase necessária na experiência das massas para romperem com as ilusões democráticas e se encaminharem pela via da revolução proletária.

O aspecto fundamental dessa constatação está em que as massas italianas padecem da brutal crise de direção revolucionária mundial. O que impede aos explorados avançarem no campo da independência política e combaterem as crescentes tendências fascizantes da política burguesa com o programa e métodos da luta de classes. Está colocada a tarefa de erguer um programa de reivindicações em defesa da vida das massas e constituir o partido marxista-leninista-trotskista. Somente assim, se fortalecerá a luta pela independência política do proletariado e se confluirá com as tendências da luta de classes que se projetam pela Europa. Se não se firmar essa via, a barbárie poderá arrastar amplos setores das massas por trás da burguesia, que tende a reviver o fascismo.

R\$5

**Adquira
com o
distribuidor
de Massas:**

**A crise
na península
da Coreia**



POR | Partido
Operário
Revolucionário

4 MASSAS

França: realizada a greve geral dos metroviários

A força do operariado organizado é a via para derrotar a burguesia

Desde que Emanuel Macron assumiu o comando do Estado, tudo indicava que conseguiria impor as reformas anti-nacionais e antipopulares. Objetivos perante os quais tinham falhado Jacques Chirac, Nicolas Sarkozy e François Hollande. Em dezembro de 2017, foi aprovada por decreto a reforma trabalhista. As burocracias sindicais abafaram as tendências grevistas e isolaram os setores mais radicalizados. Tudo indicava que o mesmo se passaria com as reformas e as privatizações.

Destaca-se, nesse plano mais geral, a privatização do Serviço Nacional de Estradas de Ferro (SNCF), a destruição do convênio coletivo dos metroviários e “saneamento” do déficit da empresa. Medidas que objetivam entregar a infraestrutura ferroviária e o monopólio do transporte metroviário da França aos monopólios e ao capital financeiro, especialmente os Trens de Alta Velocidade (TGV), em detrimento das vias de transporte da população assalariada. 9 mil quilômetros do Trem Expresso Regional (TER), que usam os trabalhadores e estudantes, sofreriam um progressivo desmonte e abandono. É parte ainda desse plano ampliar as rodovias e o transporte automotor, beneficiando os monopólios da construção e pedágios e as montadoras.

Segundo o primeiro-ministro Edouard Philippe, o fim do convênio coletivo “não é negociável”, embora estivesse disposto a conversar sobre as mudanças com os sindicatos até fins de abril. Ocorre que, para que a privatização seja “rentável”, a burguesia precisa anular o convênio coletivo (que inclui a aposentadoria antecipada de dez anos, contratos vitais e aumento salarial automático anual).

Por outro lado, a “reforma” governista é decisiva para avançar os planos privatistas e a destruição de conquistas mais amplas e, assim, viabilizar a retomada dos lucros monopolistas no país na base da superexploração e brutal redução do preço da força de trabalho. Eis por que, uma vez vencida a resistência contra a privatização do SNCF, se avançaria na reforma da previdência. Ambas as “reformas” objetivam entregar setores estratégicos da economia, bilionários recursos orçamentários e fundos previdenciários aos monopólios e ao parasitismo financeiro.

Como se vê, a privatização do SNCF e a destruição do convênio coletivo de seus operários é parte da ofensiva geral da burguesia imperialista contra a vida das massas. Na França, trata-se de avançar a privatização de setores estratégicos, tais como energia elétrica e nuclear, produção de gás e derivados, correios, montadoras (Renault), indústria aeroespacial (Dassault), transporte aéreo (Air France), banco, etc. Nesse sentido, o FMI exige do governo Macron aprovar as reformas por decretos e deduzir das contribuições do patronato a previdência social, facilitar as demissões, rasgar os convênios coletivos, reduzir os subsídios sociais e os investimentos públicos, etc.

No entanto, em 3 de abril, produziu-se uma virada na situação política com a deflagração da greve geral dos ferroviários. À greve geral por 36 dias dos metroviários (dois dias por semana), se somaram greves e paralisações nos aeroportos, indústria de energia, coleta de lixo e supermercados. A burocracia foi obrigada a se colocar à frente de um movimento radicalizado de massas. Não teve como abafar as tendências grevistas, que se impõem desde as bases.

O essencial do que temos colocado está em que a confluência de greves, paralisações e mobilizações de eletricitários, metalúrgicos, operários da indústria da energia, estudantes, etc., não apenas fortalece a greve metroviária, como coloca a necessidade de uma frente única sindical capaz de unificar os movimentos sob um programa comum em defesa dos explorados, portanto, a retomada das lutas operárias e populares nacionais de junho/agosto de 2016. Naquele momento, as ocupações de portos e fábricas, o fechamento de rodovias com piquetes, as usinas nucleares e elétricas ocupadas pelos seus operários, os bloqueios das refinarias e dos depósitos, os boicotes ao transporte de combustíveis pelos operários do petróleo e gás, as fábricas de autopeças e as montadoras tomadas por greves e ocupações, a paralisação das ferrovias e metrô, demonstraram a força social que poderia derrotar os ajustes e ataques dos grandes capitalistas.

A força social do proletariado francês, lutando nacionalmente pelas suas reivindicações comuns e com a ação direta, impôs uma derrota ao governo Hollande. No entanto, a vitória das massas foi desviada para via eleitoral. A ascensão de Macron à presidência espelhou o refluxo das massas e a burguesia recomeçou a ofensiva. Sem sua direção revolucionária e sem conseguir superar a burocracia venal e pró-imperialista, os explorados não conseguiram, assim, traduzir em consciência e organização revolucionárias o que tinham conquistado praticamente nas lutas.

É essa dialética dos processos históricos e suas contradições que passaram a se refletir na atual retomada das greves. Destaca, nesse marco, a necessidade de avançar a organização de uma frente única dos explorados contra seus exploradores por toda Europa. Essa tarefa assume, hoje, maior importância no momento que se produz um ascenso das lutas operárias e populares no continente.

A vanguarda deve assimilar a experiência de 2016 e dar passos para superar a crise de direção revolucionária. A tarefa de construir o partido marxista-leninista-trotskista, como parte da reconstrução da IV Internacional, comparece objetivamente na situação de decomposição do capitalismo francês e europeu. Os Estados Unidos Socialistas da Europa é o programa que poderá traduzir essas lutas, hoje dispersas, em um poderoso movimento e ajudar o proletariado a avançar em sua independência política, assumindo a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

História do partido bolchevique

Capítulo 4: 1917, a revolução proletária

Primeira parte

As tarefas do proletariado na atual revolução (Teses de Abril)

De 29 de março a 3 de abril de 1917, ocorreu, em Petrogrado, a Conferência de toda a Rússia dos soviets de Deputados Operários e Soldados, na qual os mencheviques e socialistas revolucionários contavam com 325 votos contra 57 dos bolcheviques, motivo pelo qual foi aprovado o apoio ao governo provisório.

Em 27 de março, realizou-se a Conferência de março de Delegados bolcheviques e toda a Rússia, coincidindo com a Conferência dos Soviets. Sua pauta era: a atitude perante a guerra, perante o governo provisório e a organização das forças revolucionárias. Na sessão de 4 de abril, Lênin apresentou as “Tarefas do proletariado na atual revolução” conhecida como as “Teses de Abril”.

- 1) Em nossa atitude perante a guerra, é intolerável, por menor que seja, qualquer concessão ao “defensismo revolucionário”. O proletariado consciente só pode dar seu consentimento a uma guerra revolucionária, que justifique verdadeiramente o defensismo revolucionário, sob estas condições: a) passagem do poder ao proletariado e aos setores mais pobres do campesinato a ele aliados; b) renúncia de fato, e não só de palavra, a qualquer tipo de anexação; c) ruptura de fato com todos os interesses do capital. ... sem derrotar o capital é impossível colocar fim à guerra com uma paz verdadeiramente democrática, que não seja imposta pela violência.
- 2) A particularidade do momento atual da Rússia é a de que o país está passando do primeiro estágio da revolução - que deu o poder à burguesia, pelo fato do proletariado não ter o suficiente nível de consciência e de organização - ao segundo estágio, que deve colocar o poder nas mãos do proletariado e dos setores mais pobres do campesinato. Essa transição é caracterizada, por um lado, pelo máximo de legalidade; por outro, pela ausência de violência contra as massas; e, finalmente, pela confiança inconsciente destas no governo dos capitalistas, o pior inimigo da paz e do socialismo.
- 3) Nenhum apoio ao Governo Provisório. Desmascarar esse governo, que é um governo de capitalistas, ao invés de propagar a inadmissível e ilusória “exigência” de que deixe de ser imperialista.
- 4) Reconhecer que, na maior parte dos Soviets de deputados operários, nosso partido está em minoria e, no momento, em uma ampla minoria, diante do bloco de todos os elementos pequeno-burgueses e oportunistas - submetidos à influência da burguesia e que levam essa influência ao seio do proletariado. Enquanto estivermos em minoria, desenvolveremos um trabalho de crítica e esclarecimento dos erros, propagando, ao mesmo tempo, a necessidade de que todo o poder do Estado passe aos Soviets de deputados operários.
- 5) Não uma república parlamentar, mas sim uma república dos soviets de deputados operários, trabalhadores agrícolas e camponeses. Supressão do exército, da polícia e da burocracia.

O salário de todos os funcionários públicos não deverá exceder o salário médio de um operário qualificado; além disso, todos eles devem ser eleitos e podem ser revogados a qualquer momento.

- 6) No programa agrário, dar toda atenção ao Soviete de deputados de trabalhadores agrícolas. Confisco de toda a terra dos latifúndios. Nacionalização de todas as terras do país, que ficarão à disposição dos Soviets de deputados de trabalhadores agrícolas e camponeses. Fazer de cada grande porção de terra uma fazenda modelo, sob o controle dos deputados trabalhadores agrícolas e sob a administração pública.
- 7) Fusão imediata de todos os bancos em um banco nacional único, submetido ao controle do Soviete de deputados operários.
- 8) Não é tarefa *imediate* a implementação do Socialismo, mas somente iniciar imediatamente o controle da produção social e da distribuição dos produtos pelos Soviets de deputados operários.
- 9) Tarefas do Partido: a) Realização imediata de um Congresso do Partido; b) Modificação do Programa do Partido, principalmente: 1) sobre o imperialismo e a guerra imperialista; 2) sobre a posição perante o Estado e nossa reivindicação de um “Estado-Comuna”; 3) reforma do nosso programa mínimo, já antiquado; c) mudança no nome do Partido (devemos chamá-lo de Partido Comunista).
- 10) Uma nova Internacional. Temos de ter a iniciativa de criar uma Internacional Revolucionária, uma internacional contra os social-chauvinistas e contra o “centro”.

Devido às diferenças com muitos dos bolcheviques e com a redação da *Pravda*, resolveu-se discutir as diferenças na VII Conferência de toda a Rússia, que se realizaria em 20 de abril.

Alguns dias mais tarde, publicou-se o artigo “O duplo poder”, no qual se assinalava que “o traço mais notável da nossa revolução era de que deu origem a um duplo poder ... Junto ao governo provisório, o governo da burguesia, surgiu outro governo, frágil e incipiente ainda, mas sem dúvida um governo que existe realmente e se desenvolve: os soviets de deputados operários e soldados ... Constituído pelo proletariado e os camponeses (com uniforme de soldados) ... é uma ditadura revolucionária, isto é, um poder diretamente baseado na tomada revolucionária do poder, iniciativa direta do povo desde a base, e não numa lei sancionada por um poder político centralizado ... Para transformar-se em poder, os operários com consciência de classe têm de trazer para o seu lado a maioria. Enquanto não se deflagre a violência contra o povo não há outro caminho para o poder. Nós não somos blanquistas, não somos partidários da tomada do poder por uma minoria. Somos marxistas, somos partidários da luta da classe proletária contra a embriaguez pequeno-burguesa, contra o defensismo chauvinista, contra a fraseologia e a subordinação à burguesia”.

Para preparar a discussão da sétima conferência, Lênin escreveu as “Cartas sobre a tática”, na qual aprofundou a análise das Teses de Abril, e, alguns dias mais tarde, o “Projeto de plataforma do partido proletário”. Nas cartas sobre a tática, combateu aqueles bolcheviques, fundamentalmente Kamenev, que se aferravam à velha fórmula de ditadura democrática revolucionária de operários e camponeses: “Depois dessa revolução o poder está nas mãos de uma classe diferente, uma classe nova, ou seja, a burguesia ... Portanto, a revolução burguesa ou democrático-burguesa na Rússia foi concluída. Mas, neste momento, ouvimos um protesto de pessoas que gostam de se auto denominar ‘velhos bolcheviques’: por acaso não defendíamos sempre - dizem - que a revolução democrático-burguesa termina somente com a ditadura democrática revolucionária do proletariado e do camponesinato? Por acaso a revolução agrária, que também é uma revolução democrática burguesa, se concluiu? Por acaso não é um fato, pelo contrário, que nem sequer começou? Minha resposta é: as consignas e as ideias bolcheviques em geral foram confirmadas pela história, mas concretamente as coisas aconteceram de modo distinto, resultaram ser mais originais, mais peculiares, mais variadas do que ninguém poderia esperar”.

Esta fórmula, de certa maneira e até certo ponto “já era uma realidade”, pois “somente contemplava uma relação de classes, e não uma instituição política concreta que realizasse essa correlação, essa colaboração. ‘O soviete de Deputados Operários e Soldados’: Aí você têm realizada a realidade da ‘ditadura democrática revolucionária do proletariado e do camponesinato’. Esta fórmula envelheceu. Os acontecimentos passaram do reino das fórmulas ao reino da realidade, deram-lhe carne e osso, a concretizaram, e, com isso, a modificaram. Devemos agora enfrentar uma tarefa nova e diferente: produzir uma divisão dentro desta ditadura entre os elementos proletários (os elementos anti defensistas, internacionalistas, ‘comunistas’ favoráveis da passagem à comuna) e os elementos pequenos proprietários ou pequenos burgueses. Quem nesse momento somente fala de ‘ditadura democrática revolucionária do proletariado e o camponesinato’ está atrasado, por consequência, passaram-se, na prática à pequena burguesia, estão contra a luta da classe operária, por isso deveriam ser colocados no arquivo das antiguidades bolcheviques pré-revolucionárias”.

Lênin explicava que, segundo “a forma de pensar antiga”, se esperava primeiro uma revolução burguesa e depois a ditadura do proletariado. Mas, na vida real, “as coisas já aconteceram de modo diferente; se produziu um entrelaçamento de um no outro, de modo extremamente original, novo, sem precedentes. Temos, lado a lado, coexistindo, simultaneamente, tanto a dominação da burguesia quanto uma ditadura democrática revolucionária do proletariado e do camponesinato,

que, voluntariamente, cedeu o poder à burguesia, que voluntariamente se transformou em apêndice da burguesia”.

A chave da situação consiste em que os soviets “são os camponeses, os soldados, isto é, a pequena burguesia, os que predominam, para empregar um termo científico, marxista, e fazer uma caracterização de classe e não uma caracterização vulgar comum profissional”. Lênin se perguntava como se pode ‘empurrar’ a pequena burguesia para o poder, inclusive se agora que pode tomar o poder não quer fazê-lo. E responde: “Isto só pode acontecer separando dela o partido do proletariado, comunista, travando uma luta proletária, livre da timidez desses pequenos burgueses. Somente a união dos proletários ... pode fazer arder com tanta força o chão sob os pés da pequena burguesia, de modo que esta, em determinadas condições, seja obrigada a tomar o poder”.

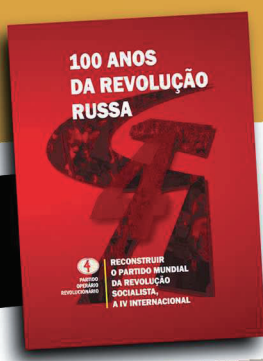
[Lênin] “Os soviets resolverão com maior eficácia, com maior sentido prático e mais corretamente, que passos se podem dar para o socialismo e como se devem dar esses passos”

Kamenev criticava a tese de Lênin, colocando que seu esquema confiava na imediata transformação da revolução democrático-burguesa em uma revolução socialista (que era a tese de Trotsky). Lênin respondeu que somente confiava em que “os operários, soldados e camponeses resolverão melhor que os funcionários, melhor que a polícia, os difíceis problemas práticos do incremento da produção de cereais, de sua melhor distribuição, do melhor abastecimento dos soldados, etc. Estou profundamente convencido de que os soviets transformarão em realidade, mais depressa, e com maior eficácia que a república parlamentar, a atividade independente das massas populares. Os soviets resolverão com maior eficácia, com maior sentido prático e mais corretamente, que passos se podem dar para o socialismo e como se devem dar esses passos. O controle de um banco, a fusão de todos os bancos em um, não é ainda socialismo, mas é um passo para o socialismo. Esses passos estão sendo dados hoje na Alemanha pelos junkers e a burguesia contra o povo. Amanhã, os soviets estarão em condições de dar esses passos com maior eficácia em benefício do povo, se tiverem em suas mãos o poder. O que obriga a dar esses passos? A fome. A desorganização da economia. A ruína iminente. Os horrores da guerra. Os horrores das feridas infringidas pela guerra à humanidade”.

Por outro lado, Kamenev sustentava que Lênin queria transformar o partido em um grupo de propagandistas comunistas. Lênin assinalava que era um equívoco contrapor o partido de massas e o grupo de propagandistas, na medida em que as massas sucumbiram à loucura do defensismo “revolucionário”, os internacionalistas devem mostrar que podem resistir à embriaguez coletiva e não querer permanecer com as massas. E concluía: “Não é por acaso, neste momento, o trabalho dos propagandistas o que constitui a chave para separar a linha proletária da embriaguez ‘coletiva’ defensista e pequeno-burguesa”?

LANÇAMENTO ▶

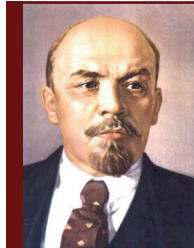
R\$ 35



ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL



Apontamentos sobre a História do Bolchevismo

A cisão entre bolcheviques e mencheviques, que ocorreu após o II Congresso, se consolidou na convocação do III Congresso do POSDR. Não foi possível tornar o III Congresso em instrumento de unificação. Ao contrário, os mencheviques travaram um combate contra sua convocação, liderada por Lênin. De maneira que, entre 12 e 27 de abril de 1905, realizou-se o III Congresso, em Londres. Os mencheviques, por sua vez, convocaram uma Conferência, em Genebra. Constituiu-se, portanto, definitivamente, o Partido Bolchevique. Desta vez, o III Congresso expressava a vitória completa do leninismo. Assumiu a concepção marxista do partido e assentou as suas bases programáticas, nas condições do levante revolucionário de 1905.

Participaram do III Congresso 38 delegados, 24 com direito a voto e 14 com direito a voz. A delegação representou inúmeros comitês do POSDR. Lênin foi eleito para presidir os trabalhos. Os estatutos foram modificados, constando o famoso primeiro artigo sobre a militância, que foi motivo da divisão entre bolcheviques e mencheviques no II Congresso. Estabeleceu uma direção centralizada, na forma de Comitê Central. Instituiu o fundamento organizativo do centralismo democrático. As resoluções estratégicas e táticas aprovadas respondiam ao levante revolucionário das massas contra o czarismo. O problema da insurreição armada esteve no centro das discussões.

Diante da revolução democrática burguesa, que caracterizava o choque dos oprimidos com a monarquia, o Congresso estabeleceu a diretriz do proletariado, que necessariamente

deveria responder ao problema da aliança com o campesinato. Os delegados se viram diante da discussão sobre o caráter da revolução democrático-burguesa e sua transição para socialista. Eis por que, do ponto de vista prático, a tática e o método de luta expunham o seu condicionamento estratégico. A política do proletariado, suas reivindicações e seu programa não se confundiam com as forças democráticas da burguesia e da pequena burguesia.

Entendemos que vale a pena transcrever a rica pauta do III Congresso. Eis:

“A) Problemas táticos: 1) insurreição armada; 2) preparação da socialdemocracia para a atuação política pública; 3) posição da socialdemocracia diante do governo na véspera, durante e depois da revolução; 4) atitude diante do movimento camponês.

B) Posição diante dos partidos e corrente: 5) posição diante da fração que se separou do Partido Operário Socialdemocrata da Rússia; 6) posição diante dos partidos socialdemocratas nacionais e organizações da Rússia; 7) posição diante dos liberais; 8) posição diante dos socialistas revolucionários.

C) Organização do partido: 9) estatuto do partido; 10) relação entre operários e intelectuais nas organizações do partido.

D) Trabalho interno do partido: 11) informe dos delegados; 12) aperfeiçoamento da propaganda e agitação; 13) 1º de Maio; 14) eleição dos funcionários; 15) regulamento para publicação das atas e incorporação de novas instituições”.

Abaixo publicamos a posição do Congresso sobre o levante das massas.

“Projeto de resolução sobre a atitude do POSDR diante da insurreição armada”

“Considerando,

- 1) que o proletariado, que é, por sua situação, a classe mais avançada e mais consequentemente revolucionária, está chamada, por isso, a ser a direção do movimento revolucionário democrático geral da Rússia;
- 2) que somente o cumprimento desse papel dirigente na revolução garantirá ao proletariado a posição mais favorável para continuar lutando pelo socialismo e contra as classes possuidoras da nascente Rússia democrático-burguesa;
- 3) que o proletariado somente poderá cumprir tal papel dirigente se se organiza como força política independente sob a bandeira da socialdemocracia, e se atua com a máxima unidade possível nas greves e manifestações.

O III Congresso resolve que a tarefa de organizar as forças do proletariado, para a luta direta contra a autocracia, por meio da greve política de massas e da insurreição armada, e de criar com tal objetivo um aparato de informação e direção, constitui uma das tarefas fundamentais do partido, no momento revolucionário atual. Por essa razão, o Congresso recomenda, tanto ao CC como aos comitês locais e aos agrupamentos, a preparação da greve política de massa e a organização de grupos especiais para a obtenção e distribuição de armas, para a elaboração de um plano

objetivando a insurreição armada e para abordar sem demora os trabalhos destinados a dirigir a insurreição. A realização desta tarefa não deve, nem pode, de modo algum, prejudicar o trabalho geral dirigido a desenvolver a consciência de classe do proletariado, mas, ao contrário, deverá fazer com que esse trabalho seja ainda mais profundo e eficiente”.

Na sessão de 15 de abril – essa questão foi discutida em cinco sessões –, Lênin fez a defesa dessa resolução. Explicou que a questão da insurreição armada não é tão clara como se supõe. Referiu-se aos equívocos da posição de Axelrod, expostos no Iskra, que considerava se tratar de uma insurreição “da massa embrutecida do povo”. Lênin acentuou a importância da consciência política e da luta organizada. Disse: “Mas a realidade demonstrou que não se trata de uma insurreição ‘da massa embrutecida’, mas de uma insurreição da massa politicamente consciente, capaz de uma luta organizada”. E concluiu indicando a importância do “aspecto prático do assunto”. Recomendou que as experiências fossem trazidas para o partido, de forma a se livrar das discussões acadêmicas. Em suas últimas palavras: “É imprescindível resumir a experiência coletiva, da qual não se extraíram até agora conclusões generalizadas”.